

COMISSÃO ESPECIAL

Resolução n° 995/2005

SEMINÁRIO REALIZADO EM 6 DE MAIO DE 2005.

Presidência dos Srs. Vereadores Jorge Felipe, Presidente da Comissão, e Dr. Adilson Soares, Relator da Comissão.

Às dez horas e quatro minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início o Seminário da Comissão Especial, constituída pela Resolução n° 995/2005, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão, “COM A FINALIDADE DE PROPOR A ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR DECE-NAL DA CIDADE”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Damos início aos trabalhos de hoje, quando teremos a oportunidade de discutir os temas saneamento, meio ambiente urbano e sistema de informações ambientais.

Convido o Cerimonial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro a conduzir, à Mesa, aqueles que irão integrá-la.

(As autoridades são conduzidas ao recinto da Mesa)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – A Mesa está assim constituída: Exmo. Sr. Vereador Eliomar Coelho, relator; Exmo. Vereador Dr. Adilson Soares, relator-geral; Sr. Sérgio Besserman, Diretor de Informações Geográficas do Instituto Pereira Passos, IPP. O Sr. Sérgio Besserman está fazendo um apelo no sentido de transferir sua palestra para o próximo dia 11 por falta de um equipamento necessário à sua apresentação. Quero agradecer a V. Exa. e convidá-la a participar do nosso encontro hoje, mesmo sem proferir a sua palestra. E, certamente no próximo dia 11, todo o equipamento necessário à sua apresentação estará aqui à sua inteira disposição. Peço-lhe que nos desculpe e que nos honre com sua presença.

Sr. Henri Acselrad, Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional – Ippur da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Dra. Ana Lúcia Britto, Programa de Pós-Graduação e Urbanismo – Proureb da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Dra. Ana Luisa Coelho Neto – Instituto de Geociências da UFRJ.

Agradecendo a presença de todos, indago aos Srs. Vereadores se desejam fazer uso da palavra.

Sr. Vereador Eliomar Coelho.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Bom-dia para todos. Quero saudar os participantes da Mesa, os palestrantes e falar da importância desse nosso dia, quando abordaremos temas importantíssimos. E, com certeza, através do que vai ser falado pelos palestrantes, iremos colher elementos, informações e dados que serão de fundamental importância para os trabalhos de revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

De maneira que, mais uma vez, acho que a participação da população tem sido importantíssima e não podemos deixar de ressaltar isso, de forma alguma, porque o Plano Diretor é exatamente o instrumento que o Executivo terá nas mãos, para promover o desenvolvimento da cidade, de forma ordenada e criteriosa. Isso, com certeza, beneficiará e muito não só os moradores como a própria Cidade do Rio de Janeiro.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Indago ao Vereador Dr. Adilson Soares que se deseja fazer uso da palavra.

O SR. VEREADOR DR. ADILSON SOARES – Bom-dia para vocês.

Estamos aqui reunidos a fim de colhermos dados para o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Agradecemos à vinda de todos, inclusive dos palestrantes. Vocês devem convidar seus amigos e vizinhos para participar, porque os dados são essenciais para que possamos conhecer a que vocês precisam em cada área.

Bem-vindos, então. Um bom-dia!

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradecendo a presença dos nossos palestrantes, cedo a palavra ao Sr. Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ, que dispõe de 30 (trinta) minutos.

O SR. HENRI ACSELRAD – Bom-dia a todos, eu gostaria de agradecer o convite dos Srs. Vereadores, membros da Comissão Especial para essa oportunidade de trocarmos algumas idéias sobre a nossa cidade e as expectativas de uma intervenção que a torne mais democrática e que distribua, de forma mais igualitária, o direito à cidade.

Sabemos que as informações a respeito do acesso a serviços de saneamento apresentam problemas e costumam restringir-se ao registro da resposta, se os domicílios possuem ou estão conectados a tal ou qual tipo de equipamento. Essa informação, creio eu, é limitada para os objetivos de se planejar políticas públicas. Isso porque o conhecimento que provém deste dado é problemático. Com frequência, os entrevistadores e os entrevistados das pesquisas sobre saneamento, estão pouco habilitados a

discriminar, com clareza, o que são os diferentes sistemas. Com frequência, somos obrigados a analisar dados, cuja fidedignidade é um pouco comprometida não pela metodologia, mas pelas dificuldades que esse instrumental apresenta para que a informação seja captada com propriedade. Com relação a esse tipo de informação, eu acrescentaria que caberia saber como os próprios atores sociais experimentam coletivamente as suas condições sanitárias e ambientais de existência, além de simplesmente aferir a geografia de água e esgoto, que, via de regra, é aquilo que nós conseguimos obter, mal ou bem, da nossa fase de informações, hoje disponível. Por que isso? Porque essas condições sanitárias não se restringem ao fato das famílias e comunidades estarem ou não conectadas à rede de água e esgoto. O desafio das políticas urbana de saneamento e meio ambiente seria o de colocar as pessoas ao abrigo do contato com detritos e fluxos microbianos indesejáveis que podem estar associados a um grande número de processos sociais, captados por essa simples informação, ou não, de conexão à rede, como por exemplo, a ausência de licenciamento de instalações, ausência e precariedade na manutenção dos sistemas, problemas do uso do solo, habitação e vizinhança, sujeitas à ação imprevista de fluxo de águas e movimentação de resíduos, ausência de moradia adequada em local apropriado, etc. Essa diversidade de processos e a sua dimensão relacional, eles estão todos interconectados. As diferentes práticas afetam-se mutuamente. De uma forma complexa, essa dimensão relacional só pode ser plenamente percebida a partir das próprias experiências e das conseqüentes denúncias dos atores sociais. O conhecimento desses processos, enquanto complemento às informações hoje produzidas sobre o alcance das redes, seria bastante importante para qualificar melhor as políticas a esse respeito. O que eu vou falar para vocês, agora, seria um exemplo de informações pertinentes a esses processos mais complexos, que nós podemos obter na experiência de um levantamento, que o grupo de pesquisas do meu instituto, o IPUR da UFRJ, vem desenvolvendo e que tem por título “Mapa dos Conflitos Ambientais”, que produziu a sua primeira versão há um ano e que vai gerar um segundo e um pouco mais acabado produto, dentro de alguns meses. Então, tratou-se de ir ao Ministério Público e ao órgão ambiental do Estado para identificar os conflitos envolvendo as condições ambientais da existência da população em nosso Estado, incluindo, portanto, os Municípios da Região metropolitana. O que nós queríamos captar ali seria a maneira pela qual a população experimenta as condições sanitárias e em que medida ela reage às insuficiências percebidas. Ela se organiza mal; de alguma forma faz chegar às instâncias da esfera pública, no caso o Ministério Público e Feema, a percepção e tais deficiências. Nós até aqui levantamos, de uma forma mostral, entre 1992 e 2005, 63 casos, onde denúncias levaram à abertura de

processos ou vistorias nesses órgãos, relativos à dimensão saneamento.

Vou me referir especificamente a essa dimensão que é uma das formas básicas pela qual a experiência ambiental da população aparece em áreas urbanas. Desses 63 casos, 22 diziam respeito ao Município do Rio de Janeiro, 41 a outros municípios, notadamente da Baixada Fluminense, com denúncias de falta de saneamento ou mesclando a falta de saneamento à disposição indevida de resíduos industriais, que, em certos casos, se superpõe. Os procedimentos de evidenciação pública dessas questões são de dois tipos: primeiro, aquele cuja denúncia parte de moradores, eventualmente chega à imprensa, dá lugar à abertura de inquérito civil, no Ministério Público, normalmente é uma ação civil pública, e finalmente há um termo de ajuste de conduta. Outro percurso institucional da evidenciação desse mal-estar coletivo é que a denúncia dos moradores passa pela Secretaria da Defesa Civil ou vai diretamente à Feema, resultando numa vistoria.

Vou falar rapidamente sobre a tipologia dessas denúncias, tal como elas aparecem nessas instâncias públicas, para depois tentar arrumá-las de uma forma mais globalizante.

1) Caso mais recorrente: lixões irregulares sem licença ambiental, mesclando lixo doméstico hospitalar, entulho, ferro-velho, corpos de animais em áreas residenciais de baixa renda, áreas de proteção ambiental, de manancial, de cultura agro-urbana ou pastagem de animais, com menores trabalhando como catadores, queixas de proliferação de vetores, emanação de gases, combustões espontâneas, vazamento de chorume para corpos hídricos e lençol freático, percolação para mangues em proximidade de hospitais, escolas e projetos sociais onde estão situadas crianças e adolescentes em projetos desenvolvidos por empresas terceirizadas ou pelas próprias Prefeituras;

2) Usinas de tratamento e reciclagem de lixo inacabadas, abandonadas e saqueadas, com risco de desabamento, com EIA-Rimas considerados precários, construídos com problemas operacionais e material de má qualidade;

3) Lançamento de esgoto *in natura* em rios, córregos e nascentes;

4) Lançamento de lixão em rios sem dragagem, provocando enchentes e disseminação de roedores;

5) Construção de conjunto habitacional em área de antigo lixão desativado;

6) Lançamento de lixo hospitalar em lagoa;

7) Construção de usina de captação de água sem EIA-RIMA, acarretando impactos na quantidade e qualidade da água ajuzante da usina e multiplicação de doenças de veiculação hídrica;

8) Operação de usina clandestina em galpão com trabalho insalubre infantil;

9) Moradia em condições irregulares de risco, acarretando lançamento indevido de esgotos e insalubridade;

10) Ausência de canalização e obras de saneamento, acarretando enchentes e conseqüentes condições insalubres;

11) Cobrança indevida de serviço de esgoto, a despeito da inexistência de rede;

12) Presença de estações de tratamento de esgoto inativas, com ausência ou disputa quanto à responsabilização por sua manutenção;

13) Insalubridade associada a enchentes decorrentes de mudança de curso e estreitamento de rios, por obras de urbanização;

14) Insalubridade decorrente da instalação de grandes obras, reunindo um contingente considerável de trabalhadores, mas desprovida de infra-estrutura de tratamento de esgoto.

Esses são os casos que dizem respeito especificamente à questão de saneamento, associados à disposição indevida de resíduos industriais: 1) lixo e resíduos químicos lançados em valão; 2) disposição de resíduos químicos em lixão; 3) queima de resíduos industriais em lixão desativado.

Tentando organizar esse conjunto de processos de alguma maneira, eu colocaria de um lado o modo pelo qual o pleito se dirige a diferentes dinâmicas político-institucionais, mais especificamente em que medida parte desses reclamos implicariam acionar a iniciativa privada, a maneira pela qual empreendimentos privados têm-se desenvolvido e, em segundo lugar, a maneira pela qual eles acionam o próprio Poder Público reclamando o aperfeiçoamento da sua forma de operação.

Então, no que diz respeito à iniciativa privada, percebe-se nesse conjunto de casos, a remissão, a pouca disposição das empresas privadas concessionárias para assumirem passivos ambientais, além de cobrarem preços elevados às municipalidades e deixarem de realizar obras de infra-estrutura necessárias, assim como problemas nas licitações de obras e na qualidade técnica das mesmas, em grande parte relativas às usinas de lixo que não se encontravam ativas.

No que diz respeito ao Poder Público, reclama-se a dificuldade de fazer valer a legislação, dificuldade essa justificada pelas autoridades pela urgência de dar soluções a situações insustentáveis. Eu voltarei a isso.

A rotina de inquéritos civis, a ação civil pública, em termos de ajustamento de conduta, deveria ser discutida como parte da pressão corrente por flexibilização da legislação. Nos casos ambientais, em geral, a flexibilização, mesmo que temporária, é justificada pelo argumento do emprego necessário, pelo combate ao desemprego, pela necessidade de viabilizar empreendimentos a qualquer custo, em contextos de crise. No caso do saneamento ambiental, especificamente, pelo caráter crítico das condições sanitárias.

Em ambos os mecanismos, creio eu, aí já partindo para uma tentativa de problematização sociológica desse conjunto de denúncias, eu creio que não se estaria favorecendo um enfrentamento da injustiça ambiental. Tanto na insuficiência das respostas privadas a demandas públicas, de direitos, seja na debilidade do aparelho público fazer valer as próprias normas e direitos que foram consagrados em instrumentos jurídicos. Creio que aí está naquilo que seria, na verdade, o grande desafio de uma cidade onde vigorem igualmente os direitos, que são o de enfrentar aquilo que temos chamado de injustiça ambiental, o fato concreto de que os pobres tendem a ser os que pagam o preço mais alto pela falta de condições sanitárias adequadas. Ou seja, na prática, percebe-se que há uma relação estreita entre os processos de organização do espaço urbano e de distribuição social desigual do acesso aos recursos ambientais na cidade.

Uma superposição entre os processos de segregação sócio-territorial e a divisão social dos males ambientais na cidade, a desigualdade social, no exercício do direito à cidade, coincide, assim, com essa desigualdade social no acesso à proteção ambiental. É dever do estado. Isso tem a ver do ponto de vista mais sociológico, com o diferencial de mobilidade, ao médio e longo prazo, entre os diferentes grupos sociais, étnicos, classes de renda e propriedades. Uns têm maior capacidade de se deslocarem no espaço, protegendo-se dos males ambientais e integrando-se à rede de infra-estrutura. Outros têm menor capacidade de se deslocarem no interior de um circuito de risco, indo da beira de um córrego inundável para baixo de uma linha de transmissão de eletricidade; das proximidades de oleodutos para encostas perigosas; de baixo de um viaduto para um conjunto habitacional construído em cima de um lixão aterrado ou de uma área de depósito de resíduos industriais tóxicos.

As políticas ambientais urbanas democráticas seriam aquelas que atacam ou interrompem a reprodução dessa divisão social perversa dos benefícios infra-estruturais e dos males ambientais. Elas devem trabalhar com a capacidade dos atores sociais criticarem e superarem a lógica “não-no-meu-quintal”, correntemente na linguagem anglo-saxônica o que se chama de “nimb”, “not in my backyard”, não no meu quintal. Essa idéia surge nesse debate ambiental, com frequência, de que todos estariam preocupados em se livrarem dos males em seus quintais, não importando no quintal de quem eles fossem alocados. Eu acredito que nós temos visto exemplos de movimentos sociais, participando dos debates públicos fora desta lógica; integrando-se ao debate público, que redefine as dinâmicas locais na cidade.

Eu chamaria a atenção de que, por vezes, acusam-se certas atitudes de serem “não-no-meu-quintal”, quando elas, na verdade, querem dizer não no quintal dos mais pobres. O tema e o lema trazido por esses atores é o seguinte: não reproduzir a desi-

gualdade ambiental; não localizar instalações indesejáveis onde sempre residem os mais pobres; não forçar, dada a prevalência pura de mecanismos de mercado ou da ausência de políticas públicas, que aos mais pobres só resta a alternativa de se instalarem em lugares insalubres e arriscados. Por outro lado, tais políticas não devem resultar, tampouco, na transferência da injustiça ambiental dos ombros dos atores sociais, hoje, fracos, com poucas condições de se fazerem ouvir, na esfera pública, para os ainda mais fracos, aqueles que estão totalmente desprovidos de organização.

O desafio, portanto, é o de construir condições de proteção ambiental iguais para todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Ouviremos, agora, a Dra. Ana Lúcia Britto, do Programa de Pós-Graduação e Urbanismo, Prourebe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Com a palavra, sua senhoria.

A SRA. ANA LÚCIA BRITTO – Bom-dia a todos. Queria agradecer o convite. Vou explicar, um pouco, como vou estruturar a minha fala sobre a questão do saneamento. Acho que um primeiro tema importante para ser colocado, hoje, é a questão da reformulação do setor de saneamento, a partir de uma proposta nova de lei de saneamento, que é a lei que já foi debatida amplamente na sociedade, formulada pelo Ministério das Cidades e, hoje, está para votação no Congresso Nacional. Essa nova lei do saneamento parte de uma discussão importante, que é um rompimento, um pouco, com o modelo anterior de gestão, onde os municípios repassavam a discussão do saneamento para a instância estadual, através da concessão da gestão dos serviços às empresas estaduais, e, agora, você tem uma rediscussão do papel dos municípios na gestão do saneamento. Então, essa lei resulta de um debate que já vem acontecendo há muito tempo sobre essa questão, ele resulta, também, de uma proposta que saiu vitoriosa na conferência nacional das cidades, onde o município reassume o seu papel na gestão dos serviços, e onde se defende, então, a discussão da titularidade municipal dos serviços. Então, esse novo papel dos municípios, que eles devem assumir a partir dessa nova lei que, acredito, enfim, deve ser aprovada, até, porque ela é resultado de um debate amplo com a sociedade civil, com as entidades do setor e tem apoio da frente nacional de saneamento. Então, esperamos que esse novo projeto de lei venha a ser aprovado e, a partir daí se defina o papel dos municípios na discussão do planejamento e da gestão dos serviços de saneamento. E, no campo dessa discussão, uma questão que se coloca para nós é como o Município do Rio de Janeiro pode assumir o papel mais ativo na gestão dos serviços de saneamento, particularmente na discussão do abastecimento de água e esgotamento sanitário. E

como também o Plano Diretor, ou seja, a revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro pode ser um instrumento para que o município reassuma esse papel, reassuma as funções que até hoje estão quase que totalmente delegadas à Cedae. Então, é importante, acho, em um primeiro momento, pensar, articular essa discussão da revisão da política nacional, ou seja, implementação de uma política nacional, posto que, desde o modelo, que é um modelo herdeiro da década de 70, o modelo “Planasa”, década de 80, quer dizer, você não tinha política nacional de saneamento. Então, durante todo o período de gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso nunca se chegou a formular uma política nacional. Agora, o Ministério das Cidades, do Governo Lula, tem essa proposta, e essa proposta traz o novo papel dos municípios e se interage e se articula com a discussão dos planos diretores. Acho que é uma questão que é importante trazer para cá. Então, fazendo, rapidamente, colocando alguns pontos com relação à política nacional de saneamento, temos uma primeira questão que é importante chamar a atenção e que, apesar de toda a discussão sobre as dificuldades financeiras, a necessidade de cumprimento de metas financeiras do Governo Federal que, no campo do saneamento, alguns avanços foram feitos, em termos de recursos para o setor e que podem ser mobilizados pelos municípios. Então, uma primeira questão importante, que acho que vale a pena chamar a atenção, é observar que, entre janeiro de 2003 e junho de 2004, o Governo Federal conseguiu remobilizar recursos que antes estavam vedados a contratação para o setor de saneamento, que são recursos do fundo de garantia por tempo de serviço, FGTS do FAT. Então, através de uma nova regulamentação do Governo Federal, esses recursos voltam a ser disponibilizados para o setor de saneamento. Apesar de todas as restrições que o Ministério das Cidades está sofrendo, o fato de você ter conseguido revitalizar recursos, cuja contratação estava vetada, é uma primeira questão importante.

Uma segunda questão com relação à política do Ministério das Cidades, é uma busca da Secretaria Nacional de Saneamento, de articular e entregar programas que eram ações que estavam bastantes espertas. Só para se ter uma idéia, quando a Secretária de Saneamento assumiu, ela identificou 15 programas diferentes no Brasil, sob a responsabilidade de oito ministérios. Você tinha uma dispersão muito grande das ações, e ações que não correspondiam a uma política, e a pulverização de ações tinha resultados bastante acanhados.

Outra questão importante dessa resolução do Banco Central, de dezembro de 2003, é a que desbloqueia recursos do FGTS.

Uma outra questão, ainda, é o fato da Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades, hoje, ao distribuir recursos, ela cobrar daqueles que querem acessar recursos, um plano de saneamento. Hoje é impossível acessar recursos do Ministério das

Cidades para obras de saneamento, as tradicionais obras clientelistas, pontuais. Para acessar recurso, você tem que ter um plano de saneamento municipal. O Rio de Janeiro tem um plano de saneamento municipal onde devem ser investidos para melhorar a nossa situação, a sensibilidade ao serviço de saneamento e conseqüentemente, melhorar a qualidade ambiental do nosso município.

Essa é a primeira discussão, quer dizer, em que medida o Plano Diretor, ele pode ser um instrumento, para pensar essa questão de saneamento, como incorporar essas questões dos investimentos, planejamentos de saneamento dentro do Plano Diretor. Acho que esse é um tema para nós trabalharmos. Apesar de alguns avanços que tivemos na política nacional, através do Ministério das Cidades, ainda há alguns entraves que devem ser resolvidos para que o setor de saneamento tenha recursos permanentes. Uma primeira questão, é que diante do déficit que existe hoje, no setor de saneamento, o volume de recursos que são acessíveis aos municípios, apesar da melhora com relação ao período anterior, ainda é bastante reduzido. Os municípios, em muitos casos, eles estão com margens baixas para contrair esses financiamentos; esse é um outro problema importante. Por outro lado, as autarquias públicas, as empresas de saneamento, mesmo que possam contrair financiamentos, estão impedidas, porque elas têm a sua contabilidade atrelada à contabilidade dos municípios, as quais são vinculadas. Isso faz com que se coloquem outras dificuldades para não acessar recursos junto aos órgãos financiadores, seja a Caixa Econômica Federal, seja o próprio Ministério das Cidades ou Banco de Desenvolvimento (BNDES). Por outro lado, tem outra questão, que é grave, e cabe aos municípios debaterem que é o fato de que a contabilidade brasileira, ela considera investimentos e saneamentos como gastos públicos. Essa é uma discussão importante porque desconsidera toda relação do saneamento com a questão da Saúde e com a questão da qualidade ambiental. Então, considerando saneamento como gasto público, o uso dos recursos, tanto do FGTS, como do BNDES, para investimento, faz com que aumente as despesas correntes do Governo. Em conseqüência, compromete uma discussão, que é importante no Ministério do Planejamento, que é a questão do superávit primário. Então, há um debate importante com relação à política nacional de saneamento, que é como retirar os investimentos em saneamento dessa perspectiva, associando isso a uma questão de Saúde e qualidade ambiental.

Um outro aspecto necessário é que tanto as autarquias municipais, como boa parte das empresas estaduais, no caso, eu vou falar um pouco da nossa Cedae, com quem o Município do Rio de Janeiro tem um contrato de concessão de serviços, e também tem dificuldades em contrair financiamentos e pagar as contrapartidas com os próprios financiamentos, com receitas tarifárias,

ou seja, como contrair financiamento e pagar essas contrapartidas com o que você arrecada do serviço.

Então, esses são alguns impasses quanto ao financiamento, que se colocam e que não estão definidos na política nacional, que colocam dificuldades para os municípios investirem no setor e que são questões importantes para serem trabalhadas.

Por outro lado, apesar desses impasses, temos alguns avanços na política nacional, voltando à discussão, a Conferência Nacional da Cidade, a possibilidade de criação de conselhos das cidades, Conselhos Municipais das Cidades, instrumentos de controle, de regulação social da política, que são avanços importantes para discutir. O próprio Conselho Nacional das Cidades, ao discutir a política nacional de desenvolvimento urbano, ao discutir o projeto de lei de saneamento, já está abrindo um pouco mais a discussão do controle social. Então, se temos impasses com relação à questão do financiamento, por outro lado temos avanços importantes na formulação da política e na discussão do controle público, do controle social dessas políticas.

No caso específico da Lei de Saneamento, isso traz uma discussão importante para o Município do Rio de Janeiro que vem associada a essa questão, que é a discussão da articulação municipal da gestão de saneamento. O Município do Rio de Janeiro tem uma tradição, que eu acho muito ruim, de se fechar no seu território, de não olhar para o território metropolitano. Por outro lado, a questão do saneamento não se resolve, absolutamente, na escala municipal, se formos pensar, hoje, a questão da poluição da Baía de Guanabara, a contaminação dos nossos recursos hídricos, tudo isso funciona numa escala que é a escala de bacia hidrográfica, que é mais metropolitana.

A Política Nacional de Saneamento tem um ponto importante com relação a essa questão, que é possibilitar a discussão de cooperação intermunicipal com a gestão de saneamento, através da lei que já foi aprovada, dos consórcios municipais, de você pensar que por um lado o município, no caso o nosso Município do Rio de Janeiro, assume o papel de protagonista na definição da política, na questão dos investimentos, na formulação do planejamento do saneamento, mas por outro lado pensar que não dá para fazer isso se fechando para os seus vizinhos metropolitanos, até porque há uma série de questões com relação a tratamento de esgoto, ao nosso sistema de abastecimento de água, que é o sistema Guandu, que serve à Baixada Fluminense, serve ao Município do Rio de Janeiro. Então, são questões que você não vai resolver limitando-se ao território municipal.

Há uma outra discussão sobre por que o Município do Rio de Janeiro não poderia se tornar um protagonista nessa discussão no sistema de cooperação intermunicipal, na gestão de saneamento, ao invés disso, o que temos observado é o “não no meu território”, é fechar os olhos para questões importantes com relação

aos nossos vizinhos, enfim, sobretudo, ao nosso sistema de saneamento, que é completamente interligado com o sistema da Baixada Fluminense. Então, essas são questões importantes que acho que devemos tratar.

Voltarei, agora, um pouco para os nossos dados específicos, porque acho que um dos objetivos deste Seminário é também, levantar informações sobre o caso do Rio de Janeiro.

Eu queria que alguém controlasse o meu tempo, porque sou péssima nisso – vou ficar aqui falando.

Então, uma questão importante é repensar a relação do município com a Cedae. No caso do Rio de Janeiro, é particularmente complicado. Se você pegar as informações de um sistema que existe hoje, no Ministério da Cidade, e que já existia anteriormente – chama-se Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SINI) -, verá que nele há dados sobre todas as companhias estaduais. Acompanhando os dados da Cedae, no SINI, de 2002, vemos, por exemplo, que a receita da companhia foi de 1,4 bilhões, e as despesas, de 2,3 bilhões; ou seja, o pior desempenho das empresas de saneamento do Sudeste foi o da Cedae: essa é uma questão importante.

Outros dados, do balanço da empresa, de 2003, mostram que o rombo da Cedae aumentou, em apenas um ano, em 498 milhões de reais. Então, um dos problemas é o que fazemos, é o que o Município do Rio de Janeiro faz na sua relação com a Cedae. Essa dívida da companhia envolve o pagamento de financiamentos do BID, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, dos Organismos que estão financiando, por exemplo, o programa de despoluição da Baía de Guanabara, que é uma questão importante.

Uma outra questão importante é a discussão de entradas do Governo do Estado no próprio caixa da Cedae. É uma questão importante. O que o Município do Rio de Janeiro faz para discutir essa questão?

Ainda um outro lado com relação à Cedae: a tarifa média de água da Cedae é de 1,8 reais por metro cúbico, isso nos dados de 2001, enquanto o custo médio, em 2001, alcançava 1,25 metros cúbicos. Portanto, ela cobra menos do que gasta por tarifa. Então, evidentemente, essa companhia tem um problema de gestão financeira grave.

Por outro lado, o índice de perdas físicas de água da Cedae é um dos mais altos das companhias estaduais: ele atingiu 55,3%. Perde-se, em faturamento, com a ausência de hidrômetros, falta de cadastramento. O índice de hidrometração da Cedae – é onde você cobra a água pelo hidrômetro – é, também, um dos mais baixos das companhias estaduais.

Então, esses baixos níveis de eficiência comercial e operacional da Cedae fazem com que a capacidade de investimento dessa companhia também seja muito pouca. E, aí, o que você faz, en-

tão, para melhorar a situação do saneamento no Rio de Janeiro, melhorar a sensibilidade do serviço, universalizar o serviço, sobretudo nas áreas do Município do Rio de Janeiro onde esses serviços ainda estão precários? São precários os serviços na parte da Zona Oeste e nas favelas, também. Porque, na realidade, o fato de uma favela ter o Programa Favela-Bairro e ter implantada sua rede de água e seu sistema de esgotamento não quer, absolutamente, dizer que sua população vai ter acesso à água, ou que o sistema de esgoto vai funcionar.

Se formos observar, por exemplo, há várias favelas que passaram pelo Programa Favela-Bairro, onde foram construídos o reservatório de água e o sistema de água, mas a Cedae não coloca água no reservatório. Por outro lado, as estações de esgoto construídas nas favelas, dentro do Programa Favela-Bairro – também dado da Fundação Rio-Águas – não recebem nenhuma manutenção da Cedae. Em muitas, quem faz a manutenção, mesmo não sendo de sua responsabilidade, é a Fundação Rio-Águas.

Então, diante desses baixos níveis de eficiência da companhia estadual, como se repensar essa questão? Porque, apesar dos índices do Município do Rio de Janeiro – se pegarmos os dados que o Henri tinha comentado, os dados do IBGE, veremos percentuais extremamente elevados de domicílios ligados à rede de água, quase 100%, e índices elevados também na rede de esgoto – serem levados, isso não corresponde, absolutamente à sensibilidade real em serviços. Há problemas de intermitência – você está ligado a rede mas, às vezes, a água só entra na sua casa uma vez por semana, de 15 em 15 dias. Isso faz com que as pessoas procurem fontes alternativas de abastecimento; muitas vezes, poços com a água de qualidade duvidosa. Então, tem toda uma discussão. Se você pegar os dados oficiais – dados do IBGE – para retratar a realidade do saneamento no Município do Rio de Janeiro, teremos uma imagem completamente deturpada dessa realidade, quer dizer, não é o acesso real aos serviços que está ali retratado. Essa é uma questão importante.

Ainda com relação...

O meu tempo já acabou?

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Não, não. Faltam dez minutos.

A SRA. ANA LUCIA BRITTO – Dez minutos.

Então, é importante, eu acho, pensar essa questão.

Voltando, ainda, para o caso do Município do Rio de Janeiro, apesar de os dados de acesso à rede de água e acesso à rede de esgotamento mostrarem uma situação um pouco melhor, identificamos os problemas maiores, efetivamente, nas favelas e em parte da Zona Oeste. Uma outra questão do setor de saneamento, que tem uma interface direta com a questão ambiental e com a

qualidade dos nossos recursos hídricos, é a questão do baixo índice de tratamento de esgoto no Município do Rio de Janeiro. As estações de tratamento de esgoto que servem ao Município do Rio de Janeiro – algumas delas também servem aos municípios da baixada – operam de maneira completamente inadequada. A estação da Penha, que é a mais antiga, ainda tem um funcionamento melhor, mas a nova estação, que está sendo construída há alguns anos, a estação da Alegria, que viria melhorar o sistema de tratamento de esgoto de grande parte do Município do Rio de Janeiro, e fica na entrada do Fundão, e recebe recursos do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, está eternamente em obras. Ela opera com capacidade ociosa, ou seja, tem um problema. A própria questão do tratamento de esgoto é uma questão complicada. As estações novas, como a estação da Pavuna – que trata esgoto de parte do Município do Rio de Janeiro e de parte da Baixada Fluminense – também operam com capacidade ociosa e têm vários problemas de funcionamento, com custo operacional altíssimo. Foi adotada uma tecnologia, mas a Cedae não tem condições de arcar com o custo dessa tecnologia.

Então, há uma série de questões, uma série de impasses na gestão de saneamento ligadas à discussão da Cedae, e sobre os quais o Município do Rio de Janeiro sempre se desresponsabilizou. Então, a questão é: se a nova lei de saneamento traz para o município esse papel de protagonista, como o município vai se relacionar com a Cedae? Como ele vai assumir esse papel?

Uma primeira questão, que é a questão de debate nesse Plano Diretor, é a questão da informação: a Cedae não repassa informação. Como o Município do Rio de Janeiro pode cobrar uma informação sobre a real situação dos serviços no seu território? A gente vem fazendo isso numa pesquisa, lá no Pró-Urbe, junto com o Ipur, dentro do Observatório das Metrópoles. Estamos fazendo um mapa da situação real de esgotamento no Município do Rio de Janeiro, mas é uma coisa que a gente vai fazendo quase como uma colcha de retalhos, levantando informação de uma obra aqui, digitalizando ali, já referenciando essas informações. Alguma coisa veio da Rio-Águas; outras coisas, a gente pega na Cedae, através de um funcionário conhecido, que repassa informação. É um verdadeiro quebra-cabeças que a gente vem tentando montar, que seria uma base importante para discutir essa questão da informação sobre esgotamento na Cidade do Rio de Janeiro. Mas, isso que a gente está tentando montar com recursos de pesquisa da universidade deveria ser uma coisa disponibilizada pela Cedae para todo e qualquer usuário dos serviços. Então, é uma questão importante a ser tratada.

Se pegarmos as ações da Cedae que ocorrem no território do Rio de Janeiro, na década de 90, até o início do ano 2000, a gente vê que há quatro programas importantes financiados pela Cedae, cujos resultados a gente pode discutir aqui.

Primeiro programa é Despoluição das Praias de São Conrado e do Leblon. Se alguém tiver oportunidade de passar na Praia de São Conrado, mesmo não sendo técnico, não conhecendo nada de saneamento, vai observar que aquela praia não está absolutamente despoluída. Certo? A mesma coisa acontece na Praia do Leblon, onde todo o sistema de comportas está feito e funciona precariamente.

Outro programa da Cedae é a Galeria de Cintura da Lagoa Rodrigo de Freitas, que resolveria o problema de desviar os esgotos lançados clandestinamente na Lagoa levando-os para o Emissário Submarino na Praia de Ipanema. A galeria foi concluída, mas ainda existem – toda hora sai nos jornais – ligações irregulares de esgoto na Lagoa. Então, outra obra que tem algum tipo de problema.

A terceira obra importante da Cedae na Cidade do Rio de Janeiro é o Emissário e Complementação do Sistema de Esgotamento da Barra da Tijuca. É uma obra que está com o seu cronograma atrasadíssimo e para a qual o Governo do Estado não sabe se vai ter recursos suficientes.

Por último, outra obra, a nossa grande obra de saneamento do Rio de Janeiro, é o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que é objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito e de Investigação do Ministério Público. Há matérias freqüentes nos jornais sobre isto; além do atraso enorme do cronograma, há problemas técnicos, ausência de controle social; enfim, uma série de questões.

Essa questão é central para se pensar. O que o Rio de Janeiro vai fazer com a Cedae? Qual a possibilidade de o Plano Diretor Municipal tratar a questão de saneamento, mantendo essa relação com a Cedae? Um contrato de concessão no qual não se tem o menor controle sobre a ação da companhia; por outro lado, tampouco se tem interesse em ter. Você joga a bola e a responsabilidade para o outro. Podemos observar que uma série de municípios trabalham essa questão diferentemente, com modelos de contrato de relação com a companhia estadual diferentes. O Município do Rio de Janeiro tem a opção de se tornar um ator importante na recuperação da Cedae. Ele pode querer ser isso! Ou pode adotar uma outra possibilidade, que é a municipalização do serviço e a capacitação da Fundação Rio-Águas para assumir a gestão dos serviços. Há “n” alternativas possíveis, como a renegociação de contratos, seguindo os moldes de Belo Horizonte e de Betim, municípios mineiros que renegociam contratos com a Copasa. Eles passaram a participar mais efetivamente da gestão de serviços. Então, tem um leque de possibilidades para o Município do Rio de Janeiro, que são importantes. Por outro lado, uma discussão que deve ser tratada também, é como se deve estimular o controle social e a participação da gestão de serviços. Se a gente está nesse debate, todo o Ministério das Cidades, os

Planos Diretores Participativos, os Conselhos das Cidades etc. têm uma discussão de participação. Hoje, não existe participação na gestão, ninguém sabe. Do Conselho da Cedae, por exemplo, ninguém sabe quem participa, e os usuários não têm a menor possibilidade de intervir nessa questão. Como repensar isso? E, aí, há uma linha importante para pensar, que é a participação da gestão – ela tanto deve se dar no planejamento dos investimentos como na definição da política tarifária e dos custos, do quanto você pagar pelos serviços, quais as tarifas, a tarifa social. Enfim, há uma série de questões importantes, como a fixação de parâmetros de qualidade de serviços. Qual a qualidade da água que estamos recebendo da Cedae? Essa água é adequada, ou não é? A água que a gente recebe da Zona Sul tem a mesma qualidade da água que o morador da favela recebe? Ou há problemas de contaminação na rede? Enfim, como se avalia essa questão da qualidade da água? E a própria avaliação da qualidade de serviços prestados.

Então, uma discussão importante é criar mecanismos de controle social de participação que venham a dar conta desses pontos. Na realidade, são pontos para reflexão na revisão do Plano Diretor, e pontos para reflexão na discussão fundamental de repensar o papel do município, o papel do Município do Rio de Janeiro na gestão de serviços de saneamento.

Eu acho que essas são algumas coisas que ficam para o debate. Vou ficar por aqui, e estou aberta às questões.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Registro a presença da nobre Vereadora Aspásia Camargo, e cedo a palavra à Dra. Ana Luísa Coelho Neto, do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRA. ANA LUÍSA COELHO NETO – Eu gostaria de, antes de trazer minha contribuição, agradecer o convite formulado ao Exmo. Sr. Presidente da Mesa, aos demais Vereadores que integram essa Comissão e aos colegas presentes, que trouxeram suas experiências para contribuir nesse processo que retoma a discussão do Plano Diretor da Cidade. Pensei que isso já estivesse encaixotado e esquecido, mas fico muito feliz em ver o processo sendo reativado.

Peço desculpas por não haver feito o dever de casa como meus colegas, de não haver preparado um documento, mas, como a gente já tem um envolvimento antigo com as questões da cidade, sob diferentes ângulos, diferentes questões, eu busquei, durante a noite, fazer minhas reflexões para trazer algo que pudesse estimular esse processo, que está sendo retomado.

Eu apreciei muito a chamada no “folder”, que apresenta os diversos temas em debate na retomada desse processo, e fiquei muito entusiasmada ao ver que no segundo bloco o foco global da discussão diz respeito à região metropolitana, na qual se inserem diferentes municípios. Uma preocupação que se esboça nessa estrutura apresentada é a da relação entre os municípios, - que problemas existem em comum, que problemas serão específicos -, de modo que haja uma retomada dos planos, trazendo aspectos comuns além das especificidades de cada município. E, certamente, como os colegas que me antecederam já reportaram, nós vamos ter que repensar, como ponto de partida, num recorte espacial do planejamento e da gestão: o município na região metropolitana, a região metropolitana no contexto estadual, os estados, enfim, não há limites. E é esse pano de fundo de recorte espacial de análise que vou trazer minha contribuição. Para ilustrar essa questão do recorte espacial de planejamento e gestão, nós poderíamos trazer o seguinte exemplo, até para ligar com o que foi apresentado aqui na questão do saneamento: qual a responsabilidade entre os planos diretores e as ações num município como Petrópolis em relação a outro município, como Caxias? Os problemas ou as propostas, resolvidas ou não, de saneamento, como foi colocado aqui, que se injetam no sistema, vão afetar, lá embaixo, o outro município, Caxias. Porque o que entra no sistema, através das águas, por exemplo, vai acabar levando seus resíduos para o município vizinho. Então, quando transborda a água dos seus canais coletores, espriam-se doenças, epidemias e, às vezes, a solução não pode estar restrita ao município que está embaixo, porque o problema começa no município que está em cima, no alto da montanha.

Então, existem, pela própria natureza do espaço recortado por municípios, no contexto das regiões metropolitanas, relações entre essas partes, que devem ser pensadas. Não existe sequer legislação internacional pensando na questão; por exemplo, o Nepal, no alto do Himalaia, despeja seus resíduos tóxicos em Bangladesh, um país que está no nível do mar e que, naturalmente, é sujeito a enchentes que duram três, quatro meses, espriando resíduos tóxicos. E as doenças que se espriam vêm lá do outro país, mas não há legislação internacional que coloque limites ou responsabilidades na relação entre vizinhos, no plano internacional, nacional, estadual, municipal, intramunicipal. E, aí, chegamos à nossa cidade. Chegamos à nossa cidade, onde temos as áreas montanhosas e as baixadas costeiras do entorno. Então, o que acontecer em termos de planejamento, de gestão, o que resultar dessas transformações ou do uso apropriado ou inadequado, terá resíduos dimensionados ou mal dimensionados – que vão promover assoreamento nos canais de drenagem, espriar enchentes nas terras de baixadas. Juntos com as enchentes, por decorrência da falta de esgoto, vão espriar doenças, e a Fiocruz

vai mostrar crescimento exponencial de doenças logo após as enchentes, e que fazem parte desta cidade brejeira ao nível do mar.

Então, há que se pensar como recortar o espaço para se repensar o planejamento e a gestão desse espaço.

Se a gente tivesse andando direitinho até hoje, nós não teríamos problemas, não estaríamos aqui com essa visibilidade do meio ambiente, que ainda é muito mal percebido pela grande maioria das pessoas. Não apenas pelas pessoas que vivem o cotidiano da cidade, mas também pelos especialistas, planejadores, gestores, políticos. Todos nós ainda temos pela frente desafios relacionados a uma percepção que se consolidou de forma fragmentada, porque a nossa cultura, acumulada por décadas, foi a de promover o conhecimento de forma fragmentada. E, hoje, a gente tenta encontrar caminhos para costurar o conhecimento e retomar uma percepção integrada do que muitos falam: esse tal de todo, essa tal de sinergia, esse tal de desenvolvimento sustentável. Palavras! Elas devem ser discutidas numa perspectiva filosófica, teórica, mas, acima de tudo, deve ser o grande desafio para gente repensar os novos modelos de planejar e de conduzir a gestão da cidade, das regiões metropolitanas, do espaço, independentemente da escala de análise ou de trabalho.

Então, acho que esse exercício é preciso ser feito na escola, é preciso ser feito no dia-a-dia das instâncias de planejamento, de gestão, seja ela qual for.

Trarei um exemplo, então, da nossa cidade, uma cidade montanhosa, onde o que sai das montanhas vai para as baixadas, onde há um adensamento populacional incrível. Certamente, as pessoas mais pobres residem nessas áreas, que sabemos serem áreas de maiores riscos: ou porque estão pendurados nas encostas – são as favelas das encostas – ou porque estão nas baixadas – são as favelas das baixadas. Mas, de um modo geral, a gente encontra a discussão aberta, a discussão fechada na academia, achando, então, que devemos repensar modelos. Alguns até já disseram: “remover favelas, pintar favelas, cercar favelas”. Mas a gente encontra condomínios de alto luxo também pendurados nas encostas; encontramos condomínios de alto luxo ou de classe média na base dessas encostas. Então, o problema resultante do planejamento inadequado ou da gestão inadequada acaba em desastre, literalmente, que afeta ricos e pobres. Portanto, se começarmos a vislumbrar problemas e resolução de problemas, vamos ter de começar a ensaiar novas percepções, novas formas de agir, novas formas de planejar e de conduzir a gestão da cidade. Um exemplo prático: eu já estive aqui nesta Casa, algumas vezes, em Audiências Públicas com movimentos liderados pelo Fórum do Plano Diretor da Cidade, na época da Presidência do Vereador Eliomar Coelho. Nessas Audiências se a questão da cidade, a questão urbana, outros pensaram a questão do meio ambiente,

um processo que ainda se estava ensaiando pensar de forma integrada, coisa que hoje eu vejo claramente que já vem sendo feita. Saneamento é consequência da falta disso tudo. E o SIG, que é outra parte do tema de hoje, é um instrumental que vou mencionar no fim da minha fala. É importante se a gente souber usar, pois não basta juntar coisas, é preciso saber que coisas vamos juntar. Nós precisamos ter modelos associados ao entendimento melhor da natureza dos problemas desses espaços. Então, estive aqui em conexão com esta Casa e com representantes de Associações de bairros, uma turma muito ampla, muito diversa, na discussão da intenção do governo local de abrir a ocupação das encostas, de rever o Código de Edificações. Isso começou, se não me engano, em 1998, a primeira. Desse movimento surgiram embarramentos que funcionaram muito bem para conter essa vontade, essa necessidade de abrir as comportas das encostas para a indústria civil, para resolver o problema dos proprietários, herdeiros de antigas propriedades que não podem vender, onde não podem construir. Mas eles também estão descapitalizados e, então, estão insatisfeitos e querem recortar e vender suas terras. Então, houve muita pressão: vamos abrir as encostas, vamos ocupar, porque, aí, ficam felizes os herdeiros, que pagam altíssimos IPTUs territoriais e ficam felizes os da indústria civil. E engana-se uma boa parte da população, que acha que isso vai restringir o surgimento de favelas. A classe média e a classe alta não gostam dessa vizinhança, embora ela seja parte da história da cidade. Então, não é um problema sobre o qual a gente passe um trator para resolver. O problema é mais embaixo, é histórico e é social na sua raiz. Muito bem. Então, foram vários movimentos organizados que seguraram essa pressão de abrir as comportas da edificação em área inserida entre três pedaços de uma unidade de conservação federal, o Parque Nacional da Tijuca, no alto da montanha, que a gente chamou de Maciço da Tijuca há muito tempo. Então, essa montanha Maciço da Tijuca é igualzinha àquela outra montanha do município, o Maciço da Pedra Branca, e a gente ainda pega um pedacinho, lá para o norte, do Maciço do Mendanha. São áreas montanhosas em que há uma natureza frágil, mas onde existem coberturas de florestas. Florestas essas, que, obviamente, historicamente sempre tiveram dificuldade de existir no mesmo espaço, o espaço nosso, de vivência. E, aí, começa o problema: três setores e, entre eles, uma área de proteção ambiental, e a regulamentação urbana chamada Aparu do Alto da Boa Vista, cujo recorte espacial se sobrepõe a 70% da área do Parque Nacional. Os 30% remanescentes correspondem exatamente a essa área entre os três setores do Parque: vêm lá da Tijuca, do Alto da Boa Vista, chegam ao Alto da Boa Vista e descem para o Itanhangá, aqui na Barra da Tijuca, descendo ainda para a Estrada das Canoas.

Há uma área de fluxo histórico entre a Zona Norte e a Zona Sul, uma área cobiçadíssima porque é uma área de verde, cercada de florestas – hoje, ninguém mais tem medo do bicho-papão da floresta, a floresta, hoje, é vista como o paraíso, a harmonia buscada por quem quer viver bem -, mas é uma área bastante vulnerável. Essa floresta que temos faz o seu próprio alimento, mas é muito sensível, e vem desaparecendo gradualmente, mais em algumas áreas, e menos em outras.

Qual é a resultante disso? O fogo decorrente do lixo que não é recolhido na favela, espalha, queima e torna capim a floresta. O capim propaga fogo, então, queima e, na falta de recolhimento do lixo, propaga-se no capim, que já é o produto terminal da floresta que foi embora, e esse fogo vai comendo a floresta, e essa coisa vai avançando, e por aí vai. Às vezes, não é só o fogo que sai da queima do lixo. As pessoas que fazem moradias de luxo nessas estradas das montanhas retiram o sub-bosque, limpam a comida da floresta, que está nas folhas que se acumulam no chão para colocar postes de luz, banquinho, enfim, e matam, também, a floresta.

A floresta é sensível e, quando ela vai embora, nós perdemos os serviços ambientais que ela presta de graça, perdemos raízes, que são sistemas de ancoragem dos solos em encostas íngremes – na medida em que se perdem as raízes, as encostas ficam mais vulneráveis. Então, a próxima chuva forte vai levar isso lá para baixo, vai assorear os canais de drenagem, soterrar casas, espalhar as epidemias, enfim, e você tem um encadeamento de problemas sócio-ambientais.

Então, de novo olho para este “folder” e fico contente de ver que o bloco de hoje diz respeito à função sócio-ambiental da cidade, território e meio-ambiente. Quer dizer, isto, para mim, começa a mostrar que a percepção já avançou muito e que começamos a buscar formas de repensar a cidade numa visão integrada. A floresta não é o quintal, nem é o mato onde eu joga o lixo, a floresta é uma das riquezas que esta cidade, como outras tantas, possui. Mas, se o planejamento e a gestão não forem conduzidos de forma a preservar esses serviços, teremos uma cidade cada vez mais vulnerável e suscetível à ocorrência de fenômenos próprios da natureza, que encontram um meio vulnerável. Ele vai se desmontar literalmente, desmoronar e propagar efeitos muito mais catastróficos, como já vivenciamos aqui, em fevereiro de 1996.

Grande parte – já tive a oportunidade de falar sobre isso aqui – dessas áreas de grandes deslizamentos são áreas de onde a floresta foi embora e que viraram capim; e também de onde a floresta está indo embora, onde a floresta já está altamente degradada. Foi uma chuva muito forte, e 12% dos problemas ocorreram em áreas de floresta bem conservada; mas poderia ter sido muito menor a propagação dos efeitos e dos desastres se existis-

se um sistema de contenção. Aí, vem o discurso da defesa, na hora em que “o bicho pega”, “a casa cai”. O desastre já aconteceu, e você liga a TV e ouve o sistema dizer: “Vamos dar cobertores, mamadeiras, chupetas...”. Para não falar da razão, da irresponsabilidade que está por trás do desgoverno – o governo que não se prepara para quando esses eventos extremos ocorrem, não previne; minha bisavó já dizia que é melhor prevenir do que remediar. Depois que a casa caiu, acabou, não adianta querer passar o trator e dizer que na favela está o problema, porque do lado tem condomínio de classe alta. Por que o trator não passa ali também?

A gente tem uma cidade onde co-habitam o mesmo espaço a riqueza e a pobreza. Não adianta querer varrer a pobreza, esconder embaixo do tapete, porque ela é uma realidade crescente. Mas o rico vai junto... Então, nessa experiência da Aparu do Alto da Boa Vista, quando eu tenho a oportunidade, e já fui várias vezes, de conversar no Corpo de Bombeiros, na igreja, lá onde a população se reúne, ricos e pobres se convencem de que, se chover forte, cai, mata, soterra, inunda. E aí todo mundo se junta para pressionar por mudanças.

Ora, esse processo começou em 1998 e até hoje continua do jeito que está. O Plano Diretor de 1998 tem coisas boas ali dentro, muito boas. E a implementação? Funcionou? Em quê? Onde é que o bicho está pegando? E, hoje, nós vamos detonar a discussão de quê? De remendar o Plano Diretor ou de repensar um novo modelo para esta cidade, integrando esse espaço, integrando os problemas? Não adianta eu só discutir o sistema de dreno do esgoto. Eu tenho que discutir isso num contexto muito mais amplo da cidade, que tem montanhas, que tem baixadas e tem toda uma articulação entre essas partes da cidade, que a gente tem que pensar de um modo integrado. Esse todo, que a gente fala, a gente tem que, na verdade, pensar de uma maneira sistêmica, onde essas partes têm relações entre si. Não adianta a gente mexer em AP-1, AP-2, AP-3 e AP-4. Isso foi um modelo. Mas qual é a relação entre AP-1, AP-2, AP-3 e AP-4? O que eu decidir para cá, eu posso estar interferindo do lado. O que eu mexer aqui, eu posso estar interferindo para cá.

Na verdade, eu acho que todos nós estamos buscando novos modelos. Não existe uma proposta fechada. O processo está em andamento. Nós temos que trocar figurinhas com as nossas diferentes experiências, para tentarmos encontrar novos modelos. Se o primeiro que vier der certo, ótimo. Mas dificilmente será assim tão fácil de resolver.

Então, essa Aparu, por exemplo, do Alto da Boa Vista, tem um recorte... A Área de Proteção Ambiental e de Regulamentação Urbana é uma área que, além dessa faixa entre os três setores do parque, tem um limite que vai até o Jardim Botânico. Ora, como falar de gestão participativa, para pensar esse território da

Aparu, se esse povo do Jardim Botânico nem desconfia que é vizinho da Aparu ou que está dentro da Aparu? Então, esse recorte foi baseado em alguns modelos. A percepção, naquela época, era uma. Agora, a gente quer muito mais a gestão participativa, mas as pessoas têm que perceber a que espaços elas estão mais relacionadas; a que espaços elas estão relacionadas como vizinhos. Quando nós fizemos o estudo de diagnóstico de problemas de riscos para o maciço da Tijuca, fizemos numa escala muito genérica ainda, 1/10.000. Nós analisamos essa área, por exemplo, do Jardim Botânico como uma área muito estável. Aparentemente a floresta estava em boa qualidade. Há coisa de dois anos, o pessoal do Jardim Botânico nos chamou para dar uma olhada numa encosta vizinha do Parque Laje e aquela área é altamente instável. Mas isso a gente não enxerga quando faz uma análise mais genérica de 1/10.000. Tem que ser mais detalhada.

Então, quando a gente vê a questão do saneamento, a questão ambiental e o instrumental, que é o tema específico desta Mesa de hoje, aqui, para começar a fechar as idéias, a primeira coisa que eu colocaria para sumarizar é que a questão ambiental passa pelo repensar do modelo da cidade, do planejamento urbano e da gestão. A questão ambiental é uma decorrência desses novos modelos ou dos modelos antigos; é o sistema de saneamento que é inadequado, então há que se repensar. Concordo com o colega. Não basta fazer o mapa, o que está onde, é repensar as necessidades a partir de uma realidade social, que é tratada de modo diferencial. E não podemos continuar com esse modelo. Levando em conta que, inclusive, qualquer modelo de planejamento e gestão pode se basear na realidade de hoje, mas tem de ser capaz de enxergar adiante, para que as dimensões hoje adotadas e que venham a ser implementadas não se tornem tão obsoletas a curto prazo, na medida em que os espaços se transformam hoje em dia de modo cada vez mais rápido.

Pensar nesse processo, nessa reestruturação do espaço, nesse novo modelo de planejar e conduzir a gestão, é pensar a partir dos problemas hoje já existentes. De novo, trago o exemplo dos problemas ligados aos riscos de desastre. Não é só a cidade que se transforma, cada vez mais, transforma-se o espaço vizinho próprio da natureza desse lugar; também o que vem da atmosfera vem se transformando, potencializado por mudanças em escala global, mudanças em escala regional, e mais a inserção da cidade, por exemplo, na dinâmica da atmosfera. Temos já dados que evidenciam que os regimes de chuvas estão se modificando. E que há um crescimento na frequência de chuvas intensas, aliado à redução das chuvas menores, que seriam chuvas alimentadoras de toda a biota. Estamos, então, transformando todo o sistema no qual a gente vive, habita e transforma, de uma maneira muito rápida.

Vejam o que aconteceu no ano passado, em Santa Catarina: aquele furacão, o Catarina, varreu uma área gigantesca. E tivemos oportunidade de discutir isso no simpósio sobre desastres recentes realizados em Santa Catarina. Fiquei impressionada de ver uma imagem dinâmica do Inpe, que mostra que de uma massa de instabilidade em escala planetária se desloca aquele furacão Catarina que varreu uma área gigantesca. Essa área, por sorte, era uma área rural. Mas uma área com casas de madeira, com um sistema inapropriado ao enfrentamento desse tipo de desastre. O resultado foi relativamente bom, porque já havia um trabalho preliminar sendo feito entre a Universidade e a Defesa Civil, e imediatamente eles se mobilizaram, foram junto às populações do campo e colocaram grande parte das populações em áreas de alvenaria, para que elas se protegessem mais. Bom, 35 mil pessoas sofreram problemas, mas apenas 4 pessoas morreram em terra e apenas 7 morreram em alto-mar, porque houve uma agilidade grande.

O que mais me impressionou nessa discussão é que os modelos feitos no exterior e no Brasil indicam que, embora, com raridade, outros furacões podem ocorrer na Região Sudeste brasileira, até no Rio de Janeiro. Agora, por mais rarefeita que seja essa possibilidade, ela pode acontecer e não é mais incomum ver fevereiro de 1996 possivelmente se repetir em diferentes localidades, mas, às vezes, com chuvas até menores. Não precisa nem furacão. A gente vê as cidades do alto das montanhas, ou as cidades das partes mais vulneráveis, submetidas a fenômenos de magnitude catastrófica. E catastrófica, porque esse termo está associado à dimensão social, ou seja, as perdas são muito grandes. Se são os condomínios de luxo, a Prefeitura vai lá no dia seguinte e elimina o IPTU: “Olha, esse ano, ninguém paga, não”. Uma semana depois, as casas estão em ordem. Se a população é favelada, joga para dentro de igrejas, escolas; duas semanas depois essa população está abandonada. Então, não tem recuperação.

Fora as perdas de vidas humanas, as crianças são recolhidas nos bueiros no dia seguinte, e a responsabilidade é de quem? Da chuva ou da cidade? E, para repensar novamente, para fechar os novos modelos, devemos partir para enfrentar os novos desafios de uma realidade que se transforma cada vez mais rápido, que vulnerabiliza socialmente a todos nós, que vulnerabiliza o nosso *habitat*. Portanto, repensar esse modelo é começar a repensar o modelo do *habitat* que queremos para todos nós. E isso nos leva de novo a ter que exercitar, pensando na habitação, pensando na infra-estrutura, pensando na infra-estrutura associada à oferta de trabalho ou a transporte acessível e compatível. Como tudo é muito caro, tem que ter trabalho e não apenas pensar em reassentar como deslocamento populacional. Para onde vão as pessoas que vivem em áreas de grandes riscos? O que fazer nas áreas de

médio risco? Porque nada está dissociado, e o que desliza aqui vai assorear ali, soterrou no meio do caminho, mas assoreou lá, esprou a enchente. O saneamento é uma porcaria, não atende mais às necessidades. E como vamos resolver o problema da dengue se começa com o desmatamento da floresta lá no alto da montanha?

Tem que se mudar a maneira de enxergar, de planejar e de conduzir gestão, portanto, toda a política urbana que permeia e conduz esse processo. Isso começa, então, por perguntar: onde estão os problemas? Como é que a gente vai resolver isso no repensar da cidade? Porque tem que ser um repensar integrando a cidade e não pensando, fragmentando as partes da cidade. Portanto, são múltiplos os recortes; eu gosto dos recortes de bacia, sou geomorfóloga, vou “vender” isso a vida inteira. Mas, como geóloga que sou, eu acho que a gente tem que começar a pensar em múltiplos recortes, para que a gente possa encontrar novos modelos que venham a melhorar, acima de tudo, a condição de vida para toda a população que vive, frequenta ou transita pela nossa cidade.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Sr. Vereador Dr. Adilson Soares, Relator da Comissão)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Vamos passar ao Plenário. Está franqueada a palavra, traga aqui o nome. Vou passar a palavra aos Srs. Vereadores Eliomar Coelho e Aspásia Camargo, se quiserem falar alguma coisa.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Ouvi os palestrantes, inclusive a Profa. Ana Luisa Coelho, falar em repensar um novo modelo para a cidade. Esta revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, para nós, é um desafio da nossa ordem jurídica, urbanística, e o que se busca atingir como objetivo é garantir cidadania e dignidade, acima de tudo, para quem mora na cidade. E aí, às vezes, eu fico pensando nas dificuldades de alcançar isto, porque a gente tem que garantir, por exemplo, a prevalência do interesse coletivo sobre interesse individual, e aí já começa o complicador. Repensar um novo modelo da cidade é praticamente impensável se nós não repensarmos um novo modelo para a nossa política; passa por aí, é uma questão de natureza política. Esta Casa está diante da importância que é esta revisão do Plano Diretor; quer dizer, é o instrumento para você ordenar, reordenar, organizar ou reorganizar a cidade, o território da cidade, tendo na cabeça a eliminação de todo esse processo histórico, político, de modelo excludente e perverso. Esta Casa, o Legislativo Municipal, não está atenta para isto, com raríssimas

exceções, que se contam nos dedos... Estão aqui na Mesa, não precisa ir muito longe.

Então, como eu sempre falo, não vamos entregar a goiabada com a primeira gargalhada. Vamos continuar na luta, vamos aos enfrentamentos, aos desafios, não vamos abrir mão. Entendemos a importância do trabalho que está sendo feito aqui, essa contribuição maravilhosa que tem sido dada, até hoje, pelos palestrantes que compuseram as várias Mesas deste Seminário. Cada uma delas trouxe um verdadeiro acervo de informações, de dados e elementos para nós trabalharmos esse modelo de administração da cidade. Porque, se nós apanharmos o Plano Diretor, se nós apanharmos as legislações urbanísticas da Cidade do Rio de Janeiro, o que se vê, de forma muito clara, é que o modelo de fazer a cidade é este, ou seja, aqui é o lugar para o rico viver, aqui é o lugar para o pobre viver. O rico é contemplado pela prestação dos serviços públicos e o pobre é totalmente desconsiderado.

Recentemente, eu estive no Catiri. Um grupo de moradores me convidou para ir no Catiri, que existia com os problemas de toda comunidade pobre. Aí vem a Prefeitura fazer uma intervenção. Uma intervenção, inclusive, com a justificativa de sanear a área. Então, o que é que acontece? O resultado foi que jogaram toda a tubulação em cima do solo existente e jogaram a terra para cobrir a tubulação. A rua ficou num determinado nível e as casas num nível bem abaixo. Veio a primeira chuva e acabou. Pessoas que tinham comprado seus móveis, pagando prestação, perderam tudo e não tem quem tome providências. Esse é que é o problema, porque os moradores se organizam, se mobilizam, buscam o Poder Executivo para que eles tomem providências em relação àquilo. Aquilo é um crime, é coisa criminosa. Primeiro, se gastou dinheiro e criou uma condição de vida pior para quem estava lá, através de uma intervenção. Quer dizer, enquanto não se mudar isto, fica muito distante, no meu entendimento, a gente refazer o modelo.

Repensar, está todo mundo repensando; aliás, nesta Tribuna os discursos são os mais bonitos possíveis. Já foram. Agora nem tanto, porque não se dão nem ao trabalho disto, não é? Então, eu acho importantíssimo tudo o que foi colocado aqui, porque, quer queira ou não, são elementos postos em nossas mãos. Esta é uma Casa com os mais diversos interesses possíveis, mas compor os interesses aqui é o dever e a obrigação. Eles terão que ser compostos, para garantir exatamente isto: cidadania e dignidade para quem mora na cidade; se não for assim, não há sentido.

Então, eu acho que teremos que fazer provavelmente, logo depois, uma outra grande discussão de repensar o novo modelo político para a Cidade do Rio de Janeiro, porque aí a coisa vai de baixo para cima: um novo modelo político para o estado, um novo modelo político para o país. É isso o que está precisando, não é? O *apartheid* socioespacial é uma coisa pensada. Eu fiz aqui

uma crítica e até hoje continuo fazendo: olhem o que o Executivo da Cidade do Rio de Janeiro faz! Ele divide o bairro Bangu, com aprovação desta Casa, em dois bairros: o Bangu bonito, agradável, gostoso de se viver; o outro Bangu é onde tem o presídio, os lixões, o Catiri. Olhem aí, é de uma perversidade criminosa. É uma ação criminosa do Poder Público, do Executivo, que não sabe o que é a cidade e atua sobre a cidade. Infelizmente, a população ainda aplaude, porque uma reeleição significa aplauso para a implementação desse tipo de modelo totalmente perverso.

De qualquer maneira, algum dia, a minha esperança é que possamos reverter esta tendência e seguir, pelo menos, no caminho correto, justo, que todos nós desejamos e a Cidade do Rio de Janeiro e sua população merecem.

Muito obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Com a palavra, a Sra. Vereadora Aspásia Camargo.

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Eu desejo, antes de mais nada, cumprimentar os nossos expositores que deram uma contribuição muito grande para o nosso debate, porque, na verdade, tudo o que estamos ouvindo dos técnicos, dos especialistas da sociedade já é parte agora das informações, dos dossiês, etc. E nós temos que assimilar, para transformar isso em grupos de trabalho, em desdobramento de propostas. Portanto, concordo com o Vereador Eliomar Coelho: estamos avançando muito. Avançando também, porque este debate está sendo inaugurado na Câmara de Vereadores, o que é um fato inédito na sociedade brasileira. Em geral, as Câmaras de Vereadores se limitam a discutir planos e a colaborar com planos que já vêm prontos. Por razões que nós conhecemos, houve uma série de impasses, e a Câmara encontrou este espaço aqui para poder trabalhar e estabelecer este contato com os técnicos e com os especialistas. Eu queria agradecer especialmente ao Henri, à Ana Lúcia, à Ana Luisa, porque foi realmente um excelente resumo de um número muito grande de problemas. E eu lamento que a questão da informação ambiental não tenha sido suficientemente desenvolvida por conta da ausência, por razões diversas, dos representantes do município, mas certamente vamos conseguir envolvê-los imediatamente nisso e trazer mais informações para nos ajudar.

Mas eu queria, antes de mais nada, concordar com o fato de que, em relação a esse Plano Diretor, nós tivemos desde o início um problema político, quer dizer, o que nós vamos fazer? Nós vamos fazer um plano minimalista que vai examinar o Plano anterior, ver o que ele contribuiu, ver as suas falhas, corrigir e atualizar as suas falhas, ver o que não foi aplicado e deveria ter sido.

Esse é o caminho mais fácil que nós temos pela frente. Por quê? Porque o Plano Diretor que está em vigor tem muitos méritos, tem uma contribuição muito boa. Então, nós podemos fazer isso, mas, na verdade, eu confesso aqui que fiquei sensibilizada por alguns argumentos na Mesa e, também, por uma discussão que nós tivemos em Brasília, muito boa, na semana passada, exatamente sobre os caminhos que o país deve seguir, sobre o novo modelo de desenvolvimento, etc.

Uma coisa é certa, a nossa Cidade do Rio de Janeiro, mais do que qualquer outra cidade brasileira, é uma cidade que tem um modelo que Weber chamou de cidades patrimoniais, de cidades do sultanato. Isso é uma contribuição muito grande que Weber deu para a sociologia contemporânea, mostrando justamente que, no caso do Rio de Janeiro, mas do que qualquer noção de capital, nós só tínhamos uma função na vida. Esta cidade tinha uma função, que era ser capital federal e era ser capital política do país, a síntese política do país. Olha, há quarenta e tantos anos ou mais, não somos capital federal e essas funções políticas foram esvaziadas, foram transferidas para Brasília. As funções econômicas, que eram parte dessa função da capital, foram transferidas para São Paulo por inapetência dos nossos governantes, por seu desinteresse pela sua vocação econômica.

E o fato é que esta cidade se encontra numa situação que eu considero desesperadora. O que nós temos? Nós temos cérebros, que estão aqui presentes nesta Casa, e esses cérebros podem nos ajudar a repensar a cidade, sim. E eu fiquei pensando se eu não estava equivocada com essa idéia de que nós devíamos ser minimalistas; talvez nós devamos ser maximalistas porque os problemas institucionais nos transcendem, os problemas econômicos nos transcendem, e todos eles têm a ver com o modelo de cidade. E esse modelo de cidade patrimonial é que produz essa imensa desordem, que não é apenas uma desordem social, embora ela seja muito grande; é também esse hábito, essa cultura de que a cidade é uma espécie de qualquer coisa onde você despeja tudo, onde você afirma interesses pessoais, interesses privados, e o espaço público é o espaço de ninguém. Nós temos alguns exemplos como o Metrô, que nós sabemos que a população honra esse processo, mas nós temos inúmeros exemplos, realmente, de vandalismo, de destruição do equipamento urbano, porque não há um pacto social sócio-ambiental nesta cidade. Eu tomo o social, aqui, não apenas como apenas a questão dos recursos naturais, que é gravíssima. Eu acho que tivemos, aqui, uma belíssima exposição sobre esse aspecto preciso, mas é questão de ter uma visão mais ampla do meio ambiente e saber que a legislação urbana é parte ou não dessa desordem.

Então, eu considero que o momento é o momento fundador de um pacto sócio-ambiental e que esse é o problema máximo da cidade. Esse é um ponto que eu queria lembrar e que só podemos

resolver se nós tivermos uma cidade sustentável, uma cidade que defina um pouco melhor a sua vocação. A vocação cultural desta cidade é absolutamente subsidiária, é inacreditável. Ela deveria ser a vocação máxima e a vocação mínima, esse é o problema.

O segundo problema é institucional. Nós vimos aqui o exemplo da Cedae, vimos, aqui, vários exemplos. Inclusive, eu trouxe na discussão no Dia Nacional da Água a Coppe, o Dr. Canedo, para nos dizer que a água está acabando, que nós estamos em vias de colapso de água, tendo uma empresa de água que desperdiça, como foi dito aqui, cinquenta e tantos por cento de água. Então, são problemas que não dependem apenas da cidade, e aí eu queria fazer justiça a esta Câmara, que trouxe aqui a discussão sobre a Região Metropolitana. Nós vamos aprofundar essa discussão, mas eu queria dizer ao Vereador Eliomar Coelho, porque nós estamos no meio do caminho, que nós podemos fazer uma loucura. Se é que nós queremos ser maximalistas, devemos começar a pensar de que maneira nós podemos fazer esse Plano Diretor Metropolitano.

Não é fácil, porque não é fácil fazer o Plano da Cidade, quanto mais o Metropolitano. Mas começamos aqui e, talvez, esse seja um pacto com a inteligência da cidade, que podemos levar adiante com os municípios que quiserem fazer isso conosco, que estiverem dispostos a combinar esses Planos Diretores, de maneira que a gente possa contemplar os problemas que foram levados aqui na Mesa e outros que não foram. Por exemplo, certamente a questão do saneamento básico, certamente a questão dos transportes, certamente a questão do planejamento urbano como um todo não podem ser separadas dessa periferia que nos cerca. Acho que o problema da Baía de Guanabara foi muito bem lembrado pelas duas expositoras e é realmente um problema, é um caso de polícia o problema da Baía de Guanabara. Quer dizer, saiu da questão ambiental e é um caso de polícia.

Queria tocar num ponto muito importante também, que é a questão institucional. Nós temos uma Região Metropolitana que não interessa aos estados brasileiros, com exceção de Recife e, agora, São Paulo, que está trabalhando há 10, 12 anos, nessa idéia de uma Região Metropolitana, que foi criada ontem. Nós não temos interesse dos governos estaduais em fazer Região Metropolitana, porque isso esvazia o poder do Governador. O Governador tem medo; se houver uma aliança da capital com a periferia da sua cidade, simplesmente você desbalanceia. O que resta para o Governador, senão o interior do Estado? É por isso que São Paulo sofreu – inclusive, quero aqui fazer uma homenagem ao Prefeito Celso Daniel, que foi um mártir; não só um mártir, porque foi assassinado, mas um mártir porque ele abriu o Fórum da Região Metropolitana do Grande ABC. Perdeu tudo no primeiro mandato, porque, quando terminou o primeiro mandato, o Fórum foi por água abaixo e ele teve que começar tudo de

novo quatro anos depois. Havia três interlocuções: um fórum dos empresários, um fórum com o governador, um fórum com prefeitos, uma confusão medonha. E essa lei de consórcio melhora a situação, mas não resolve.

Eu, inclusive, depois de longa meditação, quero dizer a vocês e submeter a todos a idéia de que podíamos pedir uma intervenção do Congresso Nacional para criar as Regiões Metropolitanas e voltar a ter o Governo Federal uma influência sobre esse processo. Porque nós não conseguimos, através de uma cidade, seja ela uma capital, resolver esse problema que está nas mãos de um ente federativo que está em extinção. Os estados brasileiros – isto aí comecei a dizer um pouco de brincadeira e agora falo sério – são entes em extinção, porque não têm função. A Constituição Federal não deu função a eles; diz que tudo que não for federal nem municipal, cabe residualmente ao Estado. Por acaso, o residual é o que foi privatizado – são as empresas de serviço público. E a infeliz que restou aí, das pouquíssimas, que é a Cedae, devia ser fechada, porque é um caso de calamidade, como foi dito aqui.

Minha pergunta a vocês é a seguinte: como podemos ousar mais, já que o Rio de Janeiro é o “Triângulo das Bermudas” dessa confusão federativa, porque temos três entes aqui convivendo? E o Governo Federal, também devemos fazer justiça... Ele pode ajudar? Pode. Mas ele também precisa ser ajudado. Porque ele não tem titularidade, quer dizer, o FMI cassou o direito do Governo Federal de investir no saneamento porque isso é gasto. E eu aqui fiquei pensando, com os meus botões, se não tínhamos que fazer uma homenagem ao grande carioca nordestino que foi Inácio Rangel, que, através de um extraordinário trabalho de um economista desenvolvimentista, mostrou que a grande fonte do crescimento nacional seria certamente esse triângulo do saneamento básico, transporte e moradia. E isso poderia fazer surgir o desenvolvimento, poderia dar empregos e poderia resolver um gravíssimo problema social nas regiões metropolitanas e nos centros urbanos de todo este país.

Então, minha proposta é a seguinte: vamos pensar melhor esse pacto federativo. Precisamos do Governo Federal em coisas em que ele tem sido omissos. Ele tem sido omissos na política habitacional, ele tem sido omissos na política de saneamento... E a titularidade – vou aqui me permitir discordar talvez da Ana Lúcia, a menos que ela tenha uma notícia mais fresca do que a minha – é um problema grave. Porque o Congresso Nacional está absolutamente dividido entre o estado e o município. E, na verdade, essa é uma questão para consórcio. Não é uma questão nem para um município médio, certamente, para municípios de capital seria, mas não seria para municípios menores. Como o Rio é um município de capital, eu acho que o problema nosso é mais simples. Mas de qualquer maneira essa questão da titularidade é

grave. Estamos vivendo esse impasse federativo que precisa ser resolvido. Chamando sempre a atenção que o Rio está abandonado. Nós não temos mais coragem sequer de pedir emergência para o governo federal para a área do PAN, que é a área da Barra da Tijuca, que está abandonada. O problema de saneamento na Barra é gravíssimo. A poluição da praia cresce quase que 1 km por ano. E quando o PAN chegar, nós já chegamos lá junto ao PAN em poluição. Quer dizer, a praia está sendo interditada para o uso. São problemas que acho graves e eu queria consultar aqui a Mesa para saber a opinião. Problemas graves pelo seguinte, o maior ativo econômico desta cidade é a sua cultura e o seu meio ambiente. Na medida que nós damos um tratamento de terceira classe tanto para um quanto para outro, nós estamos realmente numa situação desesperadora. Precisamos pensar isso melhor.

E queria pedir aqui humildemente a opinião de todos e a reflexão de todos para o fato de que eu tenho ouvido, nos últimos meses, insistentemente, um discurso social que opõe a classe média desta cidade a um grande número, digamos a maioria, dos pobres, que estão praticamente excluídos da normalidade da vida urbana. Eu queria pedir clemência a todos para que não cometamos esse erro que qualquer marxista, qualquer Karl Marx, se estivesse vivo, iria discordar disso. Nós não podemos dar esse encaminhamento que pode levar a cidade ao fascismo, que pode levar a classe média ao desespero porque está pagando impostos extorsivos sem ter a contrapartida dos serviços. E concordo com todos que nós precisamos dar uma ordem a esta cidade que inclua ricos e pobres, porque ricos e pobres estão hoje gravemente, em muitas situações que eu considero catastróficas, destruindo o ativo ambiental da cidade e destruindo, portanto, o seu futuro como uma cidade líder, como uma cidade próspera, como uma cidade global e como uma cidade para todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora vamos passar à solicitação do Plenário, o Sr. Canagé Vilhena da Silva, representando o Crea. Aí na Tribuna tem três minutos para fazer sua pergunta.

O SR. CANAGÉ VILHENA DA SILVA – Inicialmente quero saudar todas as pessoas presentes e dizer que vou ser bem telegráfico e ler o que eu pretendo expor para colaborar com os trabalhos. Por isso, eu quero apresentar essas notas para reflexão, dizendo o seguinte:

(LENDO)

O grande dilema do nosso desenvolvimento urbano é a falta de planejamento. Nossa cultura urbanística é baseada na produ-

ção de decretos, na realização de obras de cunho eleitoreiro, sem obedecer às diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e na aplicação de instrumentos jurídicos urbanísticos com a única intenção de “fazer caixa”. Estão aí na história recente da cidade os diversos exemplos de planos que foram engavetados. O único plano produzido com a efetiva participação da sociedade ainda em vigor não produziu eficácia alguma pela falta de implantação. A atividade urbanística que, em seus diversos momentos, prevê o planejamento como fundamento, fica capenga. Assim, a ordenação das construções, a implantação de áreas de especial interesse e a utilização dos instrumentos jurídicos urbanísticos são feitas sem um fio condutor que faça ligação com os princípios urbanísticos e muito menos com os princípios democráticos da gestão urbana. A nossa política urbana, nesse quadro de ações aleatórias, só poderia ser caótica. Por isso temos mais de 60% do território, parte da AP-3 e toda a AP-4 e AP-5, sem o atendimento de todas as funções sociais da cidade. A Baixada de Jacarepaguá é uma nova cidade, moderníssima, dentro do município pode ser chamada de cidade de belos edifícios e com os pés no barro, que usa seus cursos d’água como latrina. A política de meio ambiente e valorização do patrimônio cultural, como já havia previsto o artigo 113 do Plano Diretor, deveria estar integrada no sistema de planejamento. Se o Plano Diretor não foi implementado, essa política de meio ambiente, é óbvio, não foi desenvolvida nos marcos do planejamento. Portanto, segue o mesmo caos da atividade urbanística.

Sobre a estrutura da Secretaria de Meio Ambiente recai todo o fluxo da falta de controle urbanístico. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente é, hoje, uma grande fábrica de enxugar gelo. A ação sanitarista desastrosa da Cedae na Baixada de Jacarepaguá acaba por encobrir as trapalhadas da Rio-Águas: poluição do Canal das Taxas através de lançamento de esgoto não tratados depois de passar pela ETE da Gláucio Gil, a construção de quilômetros de tubulação de esgotos inacabada na região das Vargens, servindo de foco de mosquitos, repete os erros em menor escala da obra do emissário estadual. Daí surgem alguns problemas sérios: o desrespeito ao sistema de controle urbanístico, que prevê a participação de diversos órgãos públicos competentes para controlar as atividades que interferem na ordem urbanística e até mesmo em confronto com o sistema nacional de meio ambiente. Por exemplo, toda licença urbanística de competência exclusiva da Secretaria de Urbanismo não pode ser aprovada sem o visto do Corpo de Bombeiros, da Secretaria Estadual de Saúde e muitos outros órgãos de acordo com a destinação da obra. Por sua vez, o controle ambiental, seja no nível estadual ou federal, quando se trata de licenciamento ambiental não pode deixar de considerar o controle urbanístico. A Resolução 237/90 do Ibama deixa clara esta condição. Além disso, devemos desta-

car a política de meio ambiente, como o título indica, trata também do controle do ambiente cultural e paisagístico. No entanto, muitas vezes, verificamos a falta de sintonia, mesmo no nível municipal, entre o urbanismo e o meio ambiente e na relação com o Estado e a União.

As diversas obras executadas por órgãos públicos estaduais, saem licença urbanística, ou executadas pela Prefeitura sem licença ambiental, que se transformam em demanda judicial, comprovam esta afirmativa.

O quadro geral do caos se completa com o Ministério Público Estadual trabalhando em favor da prática do crime ambiental, através dos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta). Vejam a obra de Pasquale Mauro na Fazenda Cabralia, que está sendo tratada como um Parque Ecológico e que está sendo construída sem licença da Prefeitura, sem licença da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e através da exploração de saibro ilegal e criminosa da Pedra Calembá para fazer o aterro do Rio Marinho.

A Cedae comete crime ambiental, a Prefeitura comete crime ambiental e por último, a população acompanha a cultura oficial de tratar o meio ambiente urbano sem planejamento, contribuindo para o agravamento da degradação do meio ambiente e má conservação do patrimônio paisagístico e cultural. Este é o caso, por exemplo, da falta de critérios para a conservação de monumentos paisagísticos como o Morro do Bruno, o Morro do Marinho, a Pedra do Calembá, a Capela do Monte Serrate, que estão sendo destruídos pela especulação imobiliária e clandestina e criminosa das Vargens, com ajuda, por ação ou por omissão de certos setores do Poder Público.

Algumas propostas para serem aproveitadas na revisão do Plano Diretor ficarão para serem apresentadas em outro momento por causa do pouco tempo destinado à fala do povo neste debate.

Obrigado pela atenção.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Tempo, agora, para Carlos Alves, a Campanha contra a Alca, que dispõe de três minutos.

O SR. CARLOS ALVES - Bom dia a todos.

Eu quero lamentar que o Plenário esteja esvaziado e a gente não possa fazer um debate tão profundo sobre esta questão de meio ambiente. Eu trago aqui uma contribuição do Movimento Internacional contra a privatização da água, que nós, no Fórum Social Mundial, criamos uma frente interamericana em defesa do Aquífero Guarani, que começa em Mato Grosso e termina lá no Sul da Argentina, é uma das maiores reservas subterrâneas do

munho, a maior das Américas, e, que está sendo poluída, destruída e privatizada. As tentativas são muito grandes.

Em cima desta questão, eu queria compartilhar da angústia da professora. Qual é o modelo de gestão? Qual é o modelo de meio ambiente e de saneamento ambiental para as nossas cidades?

Eu acredito que não é o modelo da privatização. Não é o modelo da destruição das empresas e do controle público. Nós assistimos na Bolívia, em El Alto, uma vitória das mobilizações sociais que conseguiu reverter a privatização do sistema de água e saneamento de uma cidade próxima, metropolitana, a La Paz. Então a gente traz aqui essa contribuição, esse debate, de não aceitar, com todo respeito, Vereadora, o que acontece na Cedae, em muitas empresas públicas deste País, é a destruição dessas empresas. O que os trabalhadores da Cedae fazem hoje, seus técnicos, funcionários, engenheiros são verdadeiros heróis contra o que a direção da empresa faz, que tornou a Cedae um cabide de empregos, destruiu o seu potencial de investimentos, não contratou os concursados de dois anos atrás, por isso a empresa não tem condições de investir e hoje ela faz um milagre ao colocar água potável para todos nós. Não defendo esse modelo destrutivo que o Governo Rosinha tem feito com a Cedae, mas também não posso aceitar e trago aqui essa discussão, a privatização do serviço de saneamento. Para concluir, existem duas empresas: a Vivendi e a Suez, que inclusive, derrotada em La Paz, que aumentaram em 300%, quando foram para a Bolívia, os preços das tarifas de água, impediram que as populações das periferias tivessem acesso aos serviços de saneamento, colocando que a água encanada era um luxo; então, nesse sentido, nós queremos debater aqui, essa questão da privatização. Não podemos aceitar simplesmente a pressão internacional que existe, vide São Lourenço, onde a pressão da Nestlé tem causado até a questão da mudança do nome da água mineral São Lourenço para Pure Life, a pressão da Coca Cola, na Índia, e em várias outras cidades da América Latina. É esse debate que nós temos que fazer aqui. Controle social, a participação popular, e não apenas das multinacionais, nas grandes empresas que querem, através, da destruição, por exemplo, da Cedae, Sanebas e de outras empresas estaduais, colocar a questão da mercantilização da água. Então, nós queremos fazer esse debate. Eu acho que o debate do Plano Diretor, como eu trouxe aqui quarta-feira, além do Plano Diretor nós temos que discutir um Plano de Desenvolvimento Econômico para o Brasil, que não pode simplesmente oferecer 140 bilhões para o FMI para o ajuste fiscal e 40 bilhões para a Saúde e poucos bilhões para o saneamento. Então, o controle social e a participação popular são fundamentais. E, nós queremos denunciar essa verdadeira rede que tenta destruir as empresas, vender a privatização, como aconteceu em Niterói, em Petrópolis, mas ao mesmo tempo ela foi revertida em Pirai, foi revertida em Parati,

com a mobilização popular. Existe hoje uma grande mobilização popular em Campos contra as águas privatizadas e nós esperamos que essa mobilização se construa na Cidade do Rio de Janeiro, na região metropolitana, e não simplesmente vender que a empresa seria deficitária. Deficitária tem nome e o nome é a direção da empresa e não a sua capacidade de oferecer um serviço democrático com a participação que nós queremos e esperamos a empresa... Existe um projeto do governo em desmantelar, em dividir a Cedae. E é nisso o que a Prefeitura do Rio de Janeiro tem apostado: a divisão da Cedae, para a partir daí, da divisão da Cedae, privatizar a empresa. Nós queremos trazer para cá esse debate. A privatização só tem trazido doenças, aumento de tarifas, o fim do controle social, o impedimento desses serviços mais pobres, desses locais que foram privatizados.

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) - Passo a palavra a Sra. Maria Célia, da ONG Caatiba de Bangu, Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA CELIA ABREU - A minha visão é sobre o que fazer com o lixo do Rio de Janeiro? O Rio que era uma cidade município, cidade estado, de cidade estado virou município, capital do estado do Rio, que era de três milhões e poucos de habitantes, pulou para quase sete milhões de habitantes, continuando a produzir lixo do Município do Rio de Janeiro e dos municípios da região metropolitana, das pessoas que também visitam o Rio de Janeiro, trabalham ou estudam aqui. Isso é o Dr. Henri, a segunda é a Dra. Ana Lucia do Proub UFRJ, sobre a Lei do Saneamento e despoluição da Baía de Guanabara. Quero também lembrar a Baía de Sepetiba depois da obra do Porto de Sepetiba, pois as praias de Sepetiba e Pedra de Guaratiba praticamente morreram, peixe morre, garça morre e por aí a fora, e pescador não pesca mais lá. Os pescadores de Pedra de Guaratiba e Sepetiba estão pescando na Restinga da Marambaia, com ordem do Exército.

A terceira é a questão da Dra. Ana Luísa, da UFRJ, sobre edificações em cidades e, aí, penso que há uma contradição entre o que reza a Constituição Brasileira, que permite o livre movimento do Brasil inteiro para qualquer lugar, com o esvaziamento do interior e o inchaço das grandes cidades (Rio, São Paulo, Salvador, Recife, etc.).

O novo modelo das cidades foi citado pelo Vereador Eliomar Coelho, a questão do espaço territorial do Rio de Janeiro e também cito a questão da Constituição Brasileira, que há um esvaziamento interiorano e um inchaço de cidades. Acho que os nobres Vereadores deveriam remeter à Constituição e falar com os Deputados Federais como ficará essa questão, que foi até uma brilhante citação da Vereadora Aspásia Camargo, única que citou a

Constituição Federal nessa problemática da relação com a titulação dos espaços e tal.

Eu recomendo novamente a questão de se retomar um estudo com a Constituição Brasileira sobre a ocupação de espaços, esvaziamento e inchaço e também o livre movimento interno brasileiro.

Eu estive há uns seis anos na UERJ, num seminário em que foi citado por um estudioso, um economista francês e um sociólogo americano, esse fato do livre movimento dentro do território nacional como uma forma excepcional de a classe dominante continuar dominando porque eles fazem o seguinte: tiram o pobre daqui e jogam para ali, o pobre dali vai para não sei onde e fica um movimento cigano, um movimento de pobreza, jogando-se pessoas pobres de um lado para outro. Esta foi uma citação não minha, mas de um estudioso e o francês também concordou com ele. Está gravado nos anais da UERJ para quem quiser consultar.

Gostaria agora de falar sobre um convite aos Srs. Vereadores e estudiosos sobre a urbanização do Rio de Janeiro. Eu discordei aqui de uma coisa engraçada e interessante. Todo mundo só fala em Cidade do Rio de Janeiro, ninguém fala em Município do Rio de Janeiro. Eu não sei se quando as pessoas falam em Cidade do Rio de Janeiro, estão falando só do centro da cidade, digamos, da Tijuca até a Zona Sul ou se o pessoal está esquecendo de que existe uma tal Zona Oeste aí, a antiga Zona Rural.

Tem também uma outra citação interessante da Vereadora Aspásia Camargo, que foi a contradição entre pobre e classe média, que também está ficando pobre, eu não vejo classe média mais como rica, só classe média alta. A classe média paga imposto e também existem uns pobres no Rio de Janeiro que ninguém aqui citou. É uma população que está sendo praticamente extinta, que eram os antigos produtores rurais do Município do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal. Depois eram exportadores de laranja. Se tiver alguém aí de Santa Cruz ou Campo Grande, como eu sou de Bangu, não vai discordar de mim. São populações altamente pobres, sujeitas a leishmaniose e outras doenças que infestam as áreas ainda produtoras rurais, de Mendanha, Guandu, Rio da Prata de Campo Grande, Pau da Fome em Jacarepaguá e Baixada de Santa Cruz. São pobres em processo de extinção.

Respeito toda a população das áreas chamadas favelas, dos loteamentos irregulares, que também são pobres, mas, também vamos lembrar da quase extinta camada, imensa ainda, vamos remeter à TV Globo, que fez um trabalho interessante, há uns dois meses, que citou o Rio de Janeiro, ainda, como exportador de mandioca, coco, fora a produção de laranja, hortaliças, leguminosas e por aí a fora. Eu citaria esses, ainda restantes, pequenos sítios, porque o Rio de Janeiro não tem grandes sítios, como

uma forma de proteção ambiental. Em vez da população considerada de classe pobre começar a subir morro e os condomínios de luxo fazerem piscinões, piscinas bonitonas em Jacarepaguá, Rio da Prata de Campo Grande, proteger os sítios; usar os sítios como uma barreira protetora do meio ambiente, porque o sítio precisa de água, de meio ambiente protegido, de terra fértil.

É só uma sugestão para que se pense em estudos assim.

Eu agradeço. É só isso.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) - Abro o tempo para a Sra. Rosirene Carneiro, do Fórum de Participação - Comunidade Lavradio. A senhora tem três minutos.

A SRA. ROSIRENE DE SOUZA CARNEIRO - Bom dia.

Eu sou Rosirene de Souza Carneiro, representante da Comunidade da Rua do Lavradio. Participo do Fórum para o Plano Diretor e Federação das Mulheres do Rio de Janeiro.

Eu falo em Cidade do Rio de Janeiro, senhora, como um todo. Eu costumo falar Cidade do Rio de Janeiro, porque tudo isso é Rio de Janeiro.

A preocupação com o futuro da população já está caminhando. Resta ao Poder Público da nossa cidade, em sentido amplo, nossas cidades, reconhecer que esta política seja eficaz, com respeito às reivindicações, e que nos permitam a participação no todo, para que possamos alcançar o progresso. Para o desenvolvimento de nossa Cidade do Rio de Janeiro, de nossas comunidades, de nosso povo... e, por que não, do nosso Brasil?

Devemos pensar com muito cuidado no que iremos fazer ainda hoje, e amanhã, e no resto de nossos dias. Nossas vidas estão em jogo... é pensar!

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) - Abro o tempo para o Sr. Fernando Cavallieri, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. O senhor tem três minutos.

O SR. FERNANDO CAVALLIERI - Obrigado.

Eu tive oportunidade de trabalhar intensamente no Plano Diretor da Cidade e agora vejo com satisfação que vou participar da Comissão de Revisão do Plano Diretor, instituída pelo Poder Executivo.

Nós vimos vários depoimentos, aqui, bastante, pungentes com relação à situação do meio ambiente, saneamento... Tem razão de ser, porque a situação é realmente problemática. Mas nós temos que ver também alguma coisa positiva, interessante nesse processo: uma lei extremamente complexa, como é a lei complementar do Plano Diretor, uma temática que é praticamente

universal, que abrange todos os aspectos da vida da cidade, da sociedade, não é algo fácil, da qual se pode dizer: “Pegou!” ou “Não pegou!”. É muito mais complexo do que isso. Eu vejo, primeiramente, que o nosso plano é desigual. Lógico! Teria que ser. Ele reflete o maior ou menor avanço do conhecimento técnico e social, da sociedade, com relação aos diferentes assuntos. Então, pode-se avançar mais no tema da habitação. Possivelmente, menos no tema do meio ambiente, que, àquela altura, 14, 15 anos atrás, era algo muito mais novo, do ponto de vista da gestão municipal, do que é hoje. Hoje ainda continua sendo, basta dizer que o Município do Rio de Janeiro não tem poderes legais para emitir licenças ambientais. Isso continua sendo uma prerrogativa do Estado. Imagine 14 anos atrás. Foi necessário fazer todo um levantamento, um conhecimento da situação e que foi um passo, um avanço. Na habitação já se conseguiu bem mais do que isso, estabelecer uma série de programas e políticas que se tornaram realidade, porque havia no corpo técnico, no seio da sociedade, já uma posição consolidada, maior a respeito do que fazer e como fazer. E hoje vemos a política habitacional refletida e baseada naquelas diretrizes do Plano Diretor, como a Sra. Márcia Bezerra falou na sessão anterior aqui, com razoável sucesso. Não é panacéia, como o Plano Diretor não é, não será, nem este, nem qualquer outro que venha. Mas temos de refletir sobre isso também. Digo, com certeza, seria muito pior se ele não existisse e se não tivesse sido aprovado pela Câmara de Vereadores, em 1992. Com certeza, a situação toda do município estaria hoje muito pior. Sabemos que na ausência de lei, quem se aproveita mais disso é justamente quem tem poder político para se aproveitar dessa situação. A lei não garante tudo, nenhuma lei, mas ela permite que as classes menos favorecidas, que os grupos que pretendem uma cidade mais democrática, justa, etc, se apropriem desses institutos jurídicos e legais para fazer a sua ação valer. Então, temos de refletir sobre isso também. Até contrapondo um pouco o que a professora do Prourb falou, com relação à questão das favelas, e o programa da habitação tem um impacto muito grande sobre a questão do meio ambiente e saneamento, digo o seguinte, professora: tivemos oportunidade de pesquisar 34 favelas melhoradas, atendidas e urbanizadas pelo Favela-Bairro, em contraponto com 17 outras que não estavam ainda no programa no censo de 2000. Todas melhoraram, mas as favelas urbanizadas pelo Favela-Bairro, em água, esgoto e lixo, melhoraram muito mais. Além disso, foram feitas pesquisas diretamente com a população para ver o grau de satisfação com relação à água, esgoto e lixo, é bastante alto nas comunidades, e muito mais alto do que naquelas que não foram urbanizadas, demonstrando que a Prefeitura teve uma preocupação grande, não só colocar rede de água e esgoto, mas em fazer com que esses serviços funcionassem. E, aí, ela tocou na questão central que é a questão da gestão

com relação à Cedae. Tínhamos um convênio nesse Programa Favela-Bairro com a Cedae, exigido pelo BID, pelo Governo Federal, mas nem isso garantia o mínimo possível de entendimento. Essa é uma questão central. O Plano Diretor vai ser um momento muito importante para se discutir isso, como também a questão metropolitana, levantada pela Vereadora Aspásia Cargomo. No primeiro plano, acho que a gente arranhou isso. a região metropolitana dever ser citada uma ou duas vezes só. Essa é uma questão, hoje, que se impõe. E é fato que a cultura jurídica-política nossa é extremamente conservadora em relação a isso. O nosso federalismo é basicamente o mesmo da Constituição de 1891, de mais de 100 anos atrás. Quase não mudou nada. É Estado, é Município, é União. Outros países, mesmo na América Latina, em quem podemos nos inspirar, têm sistemas muito mais flexíveis, muito mais fáceis de serem instituídos e operados. Ainda estamos com essa excessiva simetria em que cada município é tratado praticamente da mesma maneira, seja ele a megalópole de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, seja um município de cinco mil habitantes, e quase todos de área rural.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) - Agora, passamos a palavra ao Sr. Hélio Barros, do Conselho de Moradores de Loteamentos. Três minutos.

O SR. HÉLIO BARROS - Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos. Quando venho aqui, costumo ser, um pouco, considerado espinhoso. Minha questão hoje é para o nobre Vereador Eliomar Coelho, quando ele falou sobre a divisão do Bairro do Gericinó, a remoção do Gericinó de Bangu. Isso foi votado aqui, nesta Casa, nós lá dentro do Gericinó, - eu moro lá no Gericinó, e luto pelo Gericinó, lá pelo Catiri, a sede do conselho é lá -, não fomos ouvidos. Há um distanciamento, nobre Vereador, muito grande desta Casa com o público, com a população desta cidade, porque as leis vem para cá, não se abre uma discussão dentro dos próprios redutos de alguns Vereadores que alegam que o lixão e o presídio enfejavam Bangu, mas esquecem que tem o Viegas, tem a favela da Selva de Pedra, tem o Carinhoso que também é Bangu. Tem o Rebu, a favela da Coréia e no Gericinó não tem favela. Infelizmente, nós lá temos o complexo penitenciário, e o lixão que já deveria ter terminado, e não terminou, porque o prazo dele já se esgotou há muito tempo. Hoje transformaram em aterro sanitário, melhorou a qualidade de vida na área, mas nós estamos lá, nós não fomos ouvidos. Os Vereadores da área, na época que o projeto veio para cá, não foram lá consultar as suas bases, então é muito complicado quando a gente vê! Foi criado o Bairro de Laranjeiras, foi criado o Bairro de Gericinó porque enfejava Bangu e o complexo hoje, é Gericinó-1, 2, 3, 4. Não é

mais Bangu-1, mudou, a conotação jogou para o Gericinó que é um complexo de área verde, por sinal, um dos complexos mais bonitos que existem dentro da área urbana do Município do Rio de Janeiro na Zona Oeste, e que ele é contemplado na reserva da Bacia do Rio da Prata, com a Serra dos Caboclos, com a Reserva Florestal da Tachinha ou Parque da Tachinha. Nós temos uma área de agricultura muito boa naquele entorno. Estamos lá esperando agora, já que se criou o Gericinó, e o Prefeito disse que tinha 400 milhões para investimento na área. Vamos ver se existe melhora no Gericinó; e deixando essa crítica aqui, a distância dos Vereadores da área. Isso é um fato, esta Casa se ausenta na hora dos projetos que envolvem a qualidade de vida dos seus eleitores lá. Os Vereadores da área se ausentaram e não consultaram, eles não sabiam que muita gente lá, 90%, era contra a divisão dos bairros, e assim mesmo, apoiaram o Executivo aqui, que lamentavelmente nós ficamos com o lixão e com o Complexo do Gericinó-1, 2, 3 e 4.

Era só isso que tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) - Não tendo mais ninguém inscrito para falar, voltamos aos nossos palestrantes. Cada um tem dez minutos para dar a sua opinião final.

Primeiro, vamos pedir ao Sr. Henri Acelrad que faça sua intervenção.

O SR. HENRI ACSELRAD - Rapidamente, quero me congratular com aqueles Vereadores que têm demonstrado a capacidade de aliar a ação política - quer dizer, a vontade de construir a cidade e torná-la mais justa - à capacidade de refletir, de se mostrar sensível, vamos dizer, às questões que evidentemente são em grande parte debatidas não apenas na Universidade, como também nos planos de desenvolvimento social no âmbito em que a sociedade se organiza para participar dessa discussão. Tivemos aqui a manifestação de alguns desses Vereadores que se empenham em fazer esse tipo de articulação.

Em síntese, creio que o que surge desse diálogo, entre os desafios de ações políticas e da reflexão, por parte dos distintos atores, é a palavra “modelo”, que surge com frequência em dois níveis. Primeiro, foi destacada, não com muita frequência, mas me parece que de maneira estratégica, a idéia de um modelo mais global, um modelo de desenvolvimento para o país. Quer dizer, não poderíamos dissociar a cidade dessas dinâmicas mais ampla, identificando interligações e debatendo os sentidos nos quais essa interligação vai ser acionada, planejada.

Então, nesse plano mais geral, não podemos deixar de considerar as opções que têm sido evidenciadas por sucessivos governos federais, apontando para um esvaziamento da instância da ação pública, atributo da União, o que tem deixado grande parte

das ações destinadas a produzir direitos no campo da saúde, da educação, do transporte, da habitação, do saneamento e do meio ambiente ao azar das forças do mercado. Isto quer dizer que, quando a esfera pública se retira, abrindo espaço para a hipótese de que o mercado saberá regular e oferecer esses direitos, o que acontece, via de regra, é que o campo fica livre para que a correlação desigual de forças privilegie os agentes econômicos fortes no mercado, em detrimento daqueles que se encontram destituídos de ativos econômicos fundamentais para participar dessa luta econômica, que é também uma luta territorial pelo acesso aos recursos da nação.

Esse tipo de modelo vem resultando num acirramento daquilo que chamamos de competição interterritorial, competição interurbana, onde as diferentes cidades participam de uma disputa pela atração das benesses do desenvolvimento, dos benefícios do investimento por parte daqueles que detêm o poder de investir. Conhecemos esse debate, pois já travamos algumas discussões em torno dele. No que diz respeito especificamente ao meio ambiente, cabe ressaltar a quem tem tratado desse tema que uma outra dimensão dessa competição interterritorial se abate de alguma forma trágica que diz respeito à atração dos males ambientais. Esse é o outro lado da moeda. Essa desigualdade socioterritorial vem se acentuando na medida em que a esfera pública esvazia a discussão sobre a localização de males e benefícios dos empreendimentos, e temos visto uma crescente segregação e especialização dos espaços mais pobres na locação de instalações arriscadas e danosas para o ambiente e para a saúde.

Então, tento colocar a questão do lixo que me foi levantada. Temos visto exemplos recentes em que a fraqueza de certas comunidades - chamada de desespero econômico - leva a que disputem a atração de grandes empreendimentos arriscados e danosos em condições, inclusive, insuficientemente controladas, tecnologicamente precárias, como se na ausência de qualquer alternativa de emprego, de renda fosse melhor ter um lixão - em condições que, inclusive, desrespeitam a legislação e a norma -, para que essas pessoas possam ter algum tipo de atividade. Temos visto isso, recentemente, no nosso município. Preceitos legais e normativos não foram respeitados em nome da necessidade premente de soluções para crises sanitárias, em detrimento daquilo que seria a solução, de acordo com normas que levem em conta a igualdade de direito.

Isso fica por conta da ausência desse modelo que leva em conta a necessidade de uma discussão política sobre a localização de males e bens, de maneira que não especialize os pobres na recepção dos males, mas que se busque uma discussão de alternativas globais para os aspectos negativos de um processo de acumulação de riqueza. Ficamos isentos, então, de fazer uma dis-

cussão do modelo específico, como foi dito, um modelo político de planejamento, um novo modo de pensar e fazer a cidade.

Os depoimentos foram ricos no sentido de que este novo modo de pensar e fazer deve levar em conta as interligações, partindo das dinâmicas geofisiográficas e ecossistêmicas, que devem ser consideradas do ponto de vista de informações tanto técnico-científicas nossas, na academia, quanto sócio-políticas, do conjunto dos atores que são os portadores do conhecimento sobre essas dinâmicas geofisiográficas da história do ambiente da cidade. Isso deve resultar na observação de processos sociais, e também devemos encontrar mecanismos institucionais de captação desses processos socioambientais.

Conhecemos os conselhos e o discurso da participação. Sabemos que isso pode ser um avanço, mas freqüentemente pode levar a nada, pode transformar-se numa simples retórica. Então, trata-se de acionar esses conselhos, essas instituições e essa participação numa dinâmica que não esvazie essas instituições da consideração dos conflitos. Ou seja, via de regra, esses conselhos e essa dinâmica participativa colocam o consenso como uma precondição e não os consideram como um espaço de evidência do conflito.

Portanto, um elemento desse novo modelo de fazer e pensar a cidade deve ter, como matéria-prima, esses conflitos ambientais urbanos, a consideração dessa linguagem, os conflitos como uma linguagem a ser ouvida, a ser trabalhada como um momento de observação desse tecido social vivo, esse tecido socioterritorial vivo, onde poderemos fazer as costuras, os pactos, a consideração da adversidade. Não acho que a consideração dos conflitos necessariamente signifique a produção de cisões, mas a produção da matéria-prima para trabalhar uma cidade onde a coexistência seja crescente.

Penso que, na última eleição presidencial, as classes médias – e mesmo as mais conservadoras – acharam que era o momento de dar um basta no aprofundamento da desigualdade. Nas cidades, em particular, sentimos a vontade de que essas classes abracem um modelo de construção de cidade em que a segmentação sócio-territorial seja enfrentada de verdade. Para isso, precisaríamos ter instâncias em que o conflito pudesse ser observado, assinalado e trabalhado na direção da construção de consensos possíveis. Não que se coloque o consenso como um elemento preestabelecido que esmague, que impeça a evidência de conflitos.

Eu terminaria dizendo apenas que fico feliz em ver que um projeto está em curso com o apoio da Câmara de Vereadores, justamente visando a construção de um material de pesquisa sobre a dinâmica conflitual na Cidade do Rio de Janeiro, que deveria ser um dos elementos para além do conhecimento técnico que também temos – ainda bem – acumulado. Seria um dos elemen-

tos através dos quais esse novo modelo poderia ser construído paciente mas decididamente, como alguns aqui demonstraram a vontade de fazer.

Obrigado.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Em sequência, agora, a Dra. Ana Lúcia Britto, para as suas considerações a qual terá dez minutos também.

A SRA. ANA LÚCIA BRITTO – Bom, em primeiro lugar, eu queria louvar a iniciativa da Câmara de Vereadores, particularmente dos Vereadores que fazem o convite para este seminário, diante da importância das questões que estão sendo discutidas hoje – ou já foram discutidas anteriormente -, ainda pautadas na continuação deste seminário. Quer dizer, acho que a revisão do Plano Diretor é um momento oportuno para você começar a trabalhar uma série de questões com relação à política urbana e à cidade que são fundamentais.

Um primeiro ponto que eu considero central começou a ser abordado na fala da Vereadora Aspásia Camargo, e acho muito importante que tenhamos uma discussão acerca dessa questão. Fico muito contente por S. Exa. ter tocado neste ponto: a questão metropolitana. Temos seminários que estão sendo organizados pelo Ministério das Cidades para discutir a questão metropolitana, pois o Ministério tem uma proposta de rediscussão do planejamento metropolitano. Agora, é claro que a definição de regiões metropolitanas ainda passa pela instância estadual.

Então, esse é um tema fundamental para ser discutido, até porque há uma série de problemas urbanos que estamos enfrentando, particularmente o do saneamento. Da mesma forma, S. Exa. tocou na questão do transporte e na questão habitacional na escala metropolitana, que é fundamental. Enveredando por esse caminho, vamos tocar num ponto que o Henri colocou, que é a discussão acerca da competição entre territórios. E discutir a questão metropolitana é abordar um outro lado, que é a cooperação entre os territórios. Acho que isso é fundamental, mas foi deixado de lado, e fico contente por esse tema ter sido mencionado aqui. Pode ser que a gente esteja sonhando um pouco, mas acho que o Rio de Janeiro teria um papel fundamental no sentido de rearticular essa questão metropolitana. Até hoje, o Município do Rio de Janeiro dado as costas para isso. Por exemplo, a Associação de Prefeitos na Baixada Fluminense é que discute essa questão. Por que o Município do Rio de Janeiro, em vez de voltar as costas para os seus vizinhos metropolitanos, não assume um outro papel, no sentido de levantar essa bandeira e debater essa questão?

Então, o espaço para começarmos essa discussão é a Câmara de Vereadores. E os nossos membros eleitos, sobretudo aqueles que têm mais sensibilidade com relação a este tema, são instrumentos muito importantes para começarmos a debater esta questão, trazendo para cá as propostas que estão no âmbito do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades.

Com respeito a uma questão específica, a da titularidade municipal, que apareceu aqui em alguns momentos, evidentemente só podemos discutir o texto constitucional. Então, quem define isso é a própria lei, e o projeto de lei de saneamento do governo federal diz o seguinte: “Não cabe uma lei federal, nem mesmo a que sirva de marco regulatório para esses serviços de saneamento ambiental, definir competências, posto que num país federal essa matéria é reservada, exclusivamente, pela Constituição Federal”.

De toda forma, lendo com atenção o projeto de lei, vemos que ele destaca essa questão do município como protagonista na gestão de serviços. E uma coisa central é que de forma alguma defender a titularidade municipal é se colocar contra a possibilidade de cooperação entre municípios na gestão de serviços; defender a titularidade municipal é apenas reivindicar que o município assuma a responsabilidade com relação aos serviços e não assumam a posição contrária, que é a posição que vemos em praticamente todos os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro: a desresponsabilização. Você acusa a Cedae, que é, realmente, uma empresa deficiente, mas o que o município faz para resolver essa situação? Ele busca a Cedae para renegociar o contrato? Ele procura assumir um papel mais efetivo na questão do saneamento? Não.

No Rio de Janeiro, até que temos algumas iniciativas muito louváveis. Há programas interessantes na região do Recreio dos Bandeirantes, como a enquadração dos serviços, assumindo coisas.

Quanto à discussão que o Fernando Cavalieri colocou, com relação ao Favela-Bairro, é evidente que o Programa Favela-Bairro trouxe melhorias para esta questão de saneamento nas favelas. Não estou dizendo que não, mas o contrato de cooperação com a Cedae não está sendo cumprido. Isto traz problemas graves, porque falta água na caixa que distribui a água para as favelas, que é um fato. Se você for a alguma favela que tenha obra do Favela-Bairro, verá que falta água, não pela ação da Prefeitura, mas porque a Cedae não leva água até lá. Toda as estações de tratamento de esgoto que foram construídas se encontram sem a manutenção da Cedae, como não têm manutenção, daqui a pouco tempo vão deixar de operar ou vão operar com problemas. A Rio-Águas está assumindo isso, o que não é, absolutamente, função dela. Então, há uma questão complicada nesta relação com a Cedae.

Fazendo uma ponte com essa discussão, foi colocado aqui o tema da privatização, por mais que a Cedae seja uma empresa complicada, de forma nenhuma defendo sua privatização ou extinção. Acho que os municípios que têm contratos de concessão com a Companhia Estadual, têm de se colocar e ser os atores que vão reconstruir a Cedae em outros moldes, e um instrumento importante para isso são os contratos de concessão. No caso do Rio de Janeiro há uma particularidade: não existe contrato de concessão por causa da fusão do Estado da Guanabara. O Rio de Janeiro não tem um instrumento jurídico que lhe permita o controle sobre a ação da Cedae. Mas por que não estabelecer esse instrumento? Isso nunca foi feito. O papel dos municípios na reconstrução da Companhia Estadual é fundamental. Mesmo que o Rio de Janeiro venha a municipalizar o serviço criando uma companhia municipal de distribuição de água, por exemplo, ele vai ter de comprar água de alguém. Essa água é da Cedae, que terá certamente um papel estratégico, tanto como produtora de água quanto na questão das estações de tratamento de esgoto, que normalmente são estações com uma escala maior – muitas delas não inferem apenas na escala municipal. Então, temos uma discussão importante.

Ainda com relação ao tema da privatização, há uma mobilização grande sobre isso. O organismo de pesquisa do qual faço parte, que é um laboratório do Ippur e do Prourb, o Observatório das Metrópoles, faz parte da Frente Nacional de Saneamento. A Frente Nacional de Saneamento, por exemplo, propôs a retirada do setor de saneamento do projeto da PPPs do Governo Federal. Infelizmente, isso não foi aprovado, com base na relação entre o saneamento e a saúde, a questão de que o serviço tem um caráter de monopólio, enfim, uma série de discussões. Infelizmente, essa proposta de retirada, pelo menos do setor de saneamento, não foi aprovada.

São questões importantes, e fica aqui uma sugestão – um pouco do que Ana Luisa estava dizendo aqui ao meu lado. Acho que esta discussão acerca do saneamento no Rio de Janeiro merece um tratamento mais aprofundado e mais específico, além da revisão do Plano Diretor. Devemos mobilizar os Vereadores para esse tema, trazendo o Ippur para discutir, a Fundação Rio-Águas, a Cedae, repensando esta questão aqui no Rio de Janeiro. Um espaço importante para começarmos esta discussão é a Câmara Municipal. No futuro, além da discussão da revisão do Plano Diretor, sugiro que se inclua na pauta a rediscussão do saneamento no Município do Rio de Janeiro, neste mesmo tipo de seminário, trazendo pessoas da Coppe, da Frente Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Saneamento.

É impressionante que a Cedae, numa abertura de propostas do Ministério das Cidades para financiamento de projetos, não te-

na apresentada nenhum. Por exemplo, no tocante à despoluição da Baía de Sepetiba, existe projeto, mas não há recursos. Esse projeto está engavetado na Cedae e não foi apresentado. É claro que a Cedae dificilmente conseguirá acessar recursos porque é empresa deficitária. Enfim, nem colocaram em discussão o projeto.

Fica aqui da minha parte essa sugestão de mobilizar os Vereadores para rediscutirmos e repensarmos essa questão.

Obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – E agora Dra. Ana Luisa Coelho Neto, que terá dez minutos também.

A SRA. ANA LUISA COELHO NETO – Antes de mais nada, quero agradecer por estar aqui, cumprimentando os Vereadores presentes, que nos têm dado a oportunidade de uma conversa entre diferentes segmentos do Rio de Janeiro: a universidade, os representantes dos grupos organizados e representantes desta Casa. Também lamento o esvaziamento, mas também é uma questão de promover mais e trazer mais gente para essa discussão. Esta Casa tem essa função, e me sinto importante em estar aqui, contribuindo e interagindo com todos.

Quero cumprimentar meus colegas pela brilhante síntese agora na finalização, trazendo um corpo de idéias na seqüência. E, certamente, em função do que o colega Henri colocou, é preciso trabalhar mais o processo participativo na gestão dos conflitos, porque os problemas estão aí: vários problemas foram enumerados, e os desafios estão postos.

O Plano Diretor anterior trouxe uma contribuição. Ninguém parte do zero, e precisamos fazer um balanço, uma avaliação. Certamente, hoje dispomos de conhecimento, de instrumental, de experiência e de vivência, que vão enriquecer esse processo de revisão de modelos, de recortes. Acho que a proposta de se repensar não apenas em nível municipal, mas também em nível metropolitano é extremamente salutar. E essa discussão não se encerraria nem mesmo no recorte da região metropolitana, na medida em que estamos elencando problemas que transpõem recortes físicos, políticos ou administrativos. E a pergunta que vai surgir é: qual o limite real da região metropolitana? Também não sabemos. São desafios que se colocam. E como a discussão está em aberto, ela alimenta e certamente ressalta necessidades até mesmo da universidade no sentido de repensar essas questões e trazer novas contribuições.

Então, voltando à questão dos recortes necessários não apenas à elaboração, mas à implementação e à gestão de todo esse processo associado especificamente aos planos diretores, apresento uma ilustração. Minha colega Ana Lúcia ressaltou a importância

de abirmos mais a discussão em torno das questões de saneamento, que vão se interligar com outras questões, e temos o exemplo que foi trazido pelo colega do Movimento Pela Água, uma questão fundamental. Já passou o tempo, e estamos atrasados em discutir aqui de onde virá a água potável. Já sabemos que ela é escassa, não sendo este um problema apenas do Município, do Estado do Rio de Janeiro ou do Brasil. É um problema que se coloca nas esferas das grandes discussões globalizadas, dizendo respeito, inclusive, à cobiça externa sobre nosso território, abaixo do qual temos os maiores mananciais de água do planeta, o que significa que seremos – e já somos – território cobiçado e certamente palco de grandes conflitos internacionais. E quem vai pagar essa conta? Porque os comitês estão muito preocupados com a cobrança, dimensionando vazões e custos. Mas queremos saber quem vai pagar a conta, principalmente considerando que grande parte da população também não terá recursos para pagar pela água, que é um bem fundamental à sobrevivência de todos.

Então, merece uma discussão ampla nesta Casa a questão da água, que já é um problema corrente. A escassez está posta. Aliás, a água que bebemos aqui vem do Vale do Paraíba, em grande parte do Estado de São Paulo, do Estado de Minas Gerais, e voltamos para a questão do recorte articulado nas diversas instâncias da administração e das políticas dos estados e dos municípios. Bebemos 90% da água do Rio Paraíba, que vem através daquelas tecnologias que fazem a água subir encostas e cair no sistema Guandu, que, aliás, está podre. Então, a tecnologia transpõe, e o problema está lá em Atafona, porque a sedimentação fica retida ao longo da calha do Paraíba, a jusante desse ponto do desvio. A sedimentação, que não chega mais ao litoral, permite que o mar invada, e já tivemos inúmeras casas destruídas numa grande faixa dessa linha de encosta por causa dessa transposição antiga. E agora falamos em transpor água de todos os cantos para resolver os problemas nacionais com a água do vizinho. É complicado, e acho que estamos atrasados em discutir e buscar caminhos de sobrevivida para todos nós, que dependemos da água, um bem escasso. O Rio Paraíba está aí: é um grande laboratório, que mostra que o problema é bem mais amplo, transpondo, então, o recorte municipal, metropolitano. E assim vamos ter de começar a pensar em diferentes escalas de gestão.

Cito outro exemplo que foi trazido, só para ilustrar na escala da nossa cidade. Temos uma experiência rica acumulada, mas também precisamos parar e balizar onde podemos e devemos mudar. O Programa Favela-Bairro, que foi citado, de fato resgata a dignidade da população, mas esqueceu que a maioria desta população, por exemplo, na Favela da Rocinha – tomando a Rocinha como espelho de um problema -, é a população que paga aluguel. O aluguel ficou mais caro; hoje, quando olhamos os dados do censo e analisamos o crescimento geométrico da popula-

ção, o miolo da Rocinha, que foi melhorado pelo Programa Favela-Bairro, tem um esvaziamento populacional incrível, enquanto que a área periférica tem uma taxa de crescimento absurda. Isso significa que a favela continua no processo de subida pela encostas, aumentando a vulnerabilidade, e que os desastres estão por vir.

Então, não é querer ser alarmista, mas a situação, de fato, é alarmante. Estamos atrasados em repensar a cidade, e a cidade é o município, é o seu todo: são as montanhas, as florestas, as áreas edificadas, toda a sua complexidade interna e a vizinhança. Da mesma maneira, posso sair da Favela da Rocinha, pegar – só para fechar – os condomínios de São Conrado e, graças a todos os recursos tecnológicos, dizer que na base dos Dois Irmãos está tudo bem, obrigada. Quando vamos lá por baixo, vemos que aquelas casas estão desmoronando, porque o adensamento não pensou na drenagem, e a drenagem das casas bonitas, que entrou nas casas bonitas de baixo, vem se rompendo. Todo mundo está correndo risco, com perdas significativas.

Então, o desafio está posto: a necessidade de novos recortes, de integração de recortes, de troca de experiências, de avaliação do que existe. Tendo em vista o que aprendemos de certo e de errado com os avanços do conhecimento, precisamos articular cada vez mais a universidade com a sociedade com esta Casa. E é por aí que vamos tentar mexer no que está posto.

Muito obrigada pela oportunidade.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agora, passamos a palavra ao nosso Vereador Eliomar Coelho para as considerações finais. Depois, teremos a Vereadora Aspásia Camargo.

O SR. VEREADOR ELIOMAR COELHO – Já fiz as considerações. Quero enaltecer a participação dos palestrantes, que nos deram, realmente, uma belíssima contribuição. Com certeza, a gente chega lá.

(PALMAS)

A SRA. VEREADORA ASPÁSIA CAMARGO – Da mesma forma, quero agradecer muito a cada um de vocês, esperando que continuem conosco para acompanhar estes problemas.

Eu, que fui sempre muito municipalista, mas que participei de toda essa discussão sobre a lei dos consórcios, estou engajada nisso até a raiz dos cabelos.

Quero dizer que precisamos lutar para que o Fundo de Participação dos Municípios aumente de maneira credenciada, atendendo a esse novo papel que desejamos que os municípios brasileiros possam desempenhar, que é exatamente o de incorporar o

saneamento básico, a infra-estrutura, etc. Com a atual distribuição dos recursos fiscais pelos entes federativos, acho que já pedimos demais dos municípios, que praticamente estão carregando o Brasil nas costas.

Muito obrigada.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DR. ADILSON SOARES) – Agradecemos a presença de todas as autoridades que aqui compareceram, abrilhantando este Seminário.

Dou por encerrado o Seminário da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Uma boa tarde para vocês.

(Encerra-se o Seminário às doze horas e cinquenta e cinco minutos)

RELAÇÃO DOS PRESENTES

Maria de Fátima Tardim Costa (Fórum Plano Diretor RJ), Olívio Borme (Ação da Cidadania Comitê Taquara), Solange Aziz Cretton, Adriana M. P. Vial (PCRJ/IPP), Virginia Murad (Gabinete Vereador Eliomar Coelho – Fórum Plano Diretor RJ), Soraya Oliveira IPP/PCRJ), Valério (IBGE), Cláudio Rezende Ribeiro (IPPVR/UFRJ), João Gabriel Monteiro e Silva, Juliana Freitas Salomão (IPPUR/UFRJ), Rafael O. Alves (Direito/UERJ), Primavera L. S. Moura (Gab. Ver. Edson Santos), Fernando Cavallieri (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP), Maria Luiza T. Tambellini (Faculdade de Serviço Social / UERJ - Fórum do Plano Diretor/RJ), Franklin Mattos (Grupo de Defesa Ecológica / Apedema – RJ), Rachel Fares (Gabinete Ver. Aspásia Camargo), Sônia Apolinário (Gabinete Ver. Aspásia Camargo), Sydnei Menezes (SMU), Roberto Lira (Sinduscon – Rio), David Cardeman (Ademi – RJ), Rose Compans (Secretaria Municipal de Urbanismo), Luiz Carlos França (Gab. Vereador Eliomar Coelho), Maria Alice Martins de Souza (Plano Estratégico/RJ), Cecília Pentagna B. Machado (FPJ), Silvia Carvalho Barbosa (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP/SMU/IAB), Helio Barros (CMLRJ – Forum Plano Diretor RJ), Helena Galiza (Caixa Econômica Federal), Luiz Carlos C. da Motta (Secret. Municipal de Meio Ambiente), Marilene Agrizzi Nacaratti (Instituto Pereira Passos), Mariana Cecchetti (Fundação Coppetec), Magno N. da Silva (Conselho Moradores Loteamentos (CMLRJ), Helena Pereira Rocha (IBGE – Coordenação de Recursos Naturais e Meio Ambiente), Valéria Barbalho (Sind. dos Egenheiros), Luiz Cláudio Gonçalves Vasques, Isis Volpi de Oliveira, Claudia Braga (FPJ/SMAC – PCRJ), Wanda Buarque (FPJ/SMAC), Cristina Micaelo (Setur/PCRJ), Kátia Perobelli (Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente Mesquita), Germano Thome, Marta Célia A-

breu (ONG “Coatyba”), Wilma Costa (Fam-Rio, C. M. Saúde, AMAP P. Bandeira I. Governador), Ricardo Sforza, Canagé Vilhena da Silva (Arquiteto/Urbanista – Crea-RJ).